

## ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.573.796/0001-66

www.allianz.com.br



### RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,  
Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Allianz Seguros S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

**Economia**  
A economia brasileira surpreendeu positivamente o ano de 2022. O PIB tem expectativa de crescimento de 3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Alguns fatores contribuíram significativamente para este comportamento, como o retorno de atividades presenciais e demanda reprimida por alguns segmentos, o impacto da alta das commodities sobre a atividade econômica e as políticas de expansão da liquidez por parte do governo federal. O Banco Central (BACEN) divulgou, através do relatório Focus, a inflação acumulada ao longo de 2022 medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O índice registrou uma variação de 5,79% em 2022. A taxa Selic fechou o ano de 2022 em 13,75%, o maior patamar desde o ano de 2017. A expectativa para 2023 é de 12,50%.

**Comentários de desempenho**  
As principais variações patrimoniais e de resultados, observadas nos períodos apresentados nestas demonstrações financeiras, decorreram substancialmente: (i) incorporação da controlada Allianz Brasil Seguradora S.A., que ocorreu em 30 de março de 2022; (ii) impacto nos custos médios de sinistros com a valorização acima do normal dos veículos usados.

**Prêmios emitidos líquidos** - Ao final do exercício a Seguradora registrou R\$ 8,3 bilhões (R\$ 6,9 bilhões em 31 de dezembro de 2021) em prêmios emitidos líquidos, representando crescimento na ordem de 21%, quando comparado ao mesmo período anterior.

**Sinistros ocorridos** - Aumento de 58,2% quando comparado ao mesmo período do exercício imediatamente anterior, os sinistros foram impactados pela elevação da frequência pós isolamento social causado pela pandemia do Covid 19 e aumento nos custos médicos.

**Resultado com resseguro** - O resultado das operações com resseguro apresentou variação negativa quando comparados ao mesmo período anterior, impactado principalmente pelo aumento da operação da companhia e consequente aumento dos prêmios ressegurados.

**Despesas Administrativas** - As despesas administrativas aumentaram em 3,4%, quando comparadas ao mesmo período anterior.

**Balancos Patrimoniais**  
O ativo total da Seguradora atingiu R\$ 15,5 bilhões (R\$ 13,1 bilhões em dezembro de 2021). Ao final do exercício o patrimônio líquido totalizou R\$ 4,5 bilhões (R\$ 4,2 bilhões em dezembro de 2021). As provisões técnicas de seguros, líquida de resseguros, teve um aumento de 21% totalizando R\$ 5,5 bilhões (R\$ 4,5 bilhões em dezembro de 2021).

**Reinvestimentos de lucros e distribuição de dividendos**  
A destinação do lucro apurado em cada exercício social é proposta pelo Conselho de Administração, por ocasião das demonstrações financeiras. A aprovação desta proposta está condicionada ao parecer dos Acionistas da Seguradora, devidamente registrado em Ata na qual constará, entre outras informações, e caso aplicável, a parcela do lucro líquido ajustado que será distribuída a título de dividendos e a parcela do lucro que será retida para preservação e manutenção do capital social aplicado.

Aos acionistas fica assegurado, pelo estatuto social da Seguradora, o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei.

**Allianz Seguros: liderança, excelência na jornada do cliente, confiabilidade para os parceiros comerciais e conectividade em produtos e serviços**

A Allianz Seguros (Seguradora) é uma empresa do Grupo Allianz, um dos maiores provedores globais de serviços financeiros, predominantemente no setor de seguros e na gestão de ativos, além de líder global em sustentabilidade. Desde 1890, o Grupo Allianz está presente em 70 países, com mais de 126

milhões de clientes corporativos e de varejo, atendidos por 155 mil colaboradores. É reconhecida como uma empresa sólida, responsável e confiável, que prioriza negócios sustentáveis, sendo uma das seguradoras líderes no Índice Dow Jones de Sustentabilidade. Em 2022, foi novamente nomeada a marca de seguros número 1 do mundo no Ranking da Interbrand, sendo a 34ª no ranking geral. Para cumprir seu propósito "We Secure Your Future", que orienta suas ações e ressalta o impacto da empresa na sociedade, o Grupo Allianz busca os objetivos estratégicos Crescimento, Expansão de Margem e Eficiência de Capital, com foco na criação de valor, entrega e execução de soluções simples e inovadoras para alcançar resultados de referência e a padronização dos serviços em escala global.

No Brasil há 117 anos, atualmente a Seguradora ocupa posição de liderança no mercado brasileiro. Com foco no cliente, buscando sempre oferecer a melhor experiência em sua jornada, a Seguradora tem adotado uma série de iniciativas para que o seguro tenha voz dentro da Allianz. Desta forma, a Seguradora passa a entender a real necessidade e expectativa do seu cliente, possibilitando uma maior assertividade no fornecimento de soluções, produtos e serviços; além de fortalecer o desenvolvimento do trabalho de corretores, assessores e parceiros de negócios.

Nos últimos anos, a Seguradora deu prosseguimento à sua transformação digital, baseada na estratégia de simplicidade, focada em desburocratizar processos e atingir níveis máximos de simplificação em produtos de varejo e corporativos. Esta estratégia elevou a competitividade, aumentou sua eficiência e proximidade com corretores e clientes.

Este modelo resulta em eficiência operacional tanto para a Seguradora quanto para os corretores, assessores e parceiros de negócios, uma vez que o canal de distribuição opera com mais autonomia e processos totalmente automatizados. Este movimento possibilitou oferecer menor tempo de cotação e emissão de apólices do mercado com garantias de proteção mais abrangentes e produtos acessíveis aos clientes. Todo esse processo, juntamente com o uso de inovações tecnológicas facilitadoras do trabalho dos intermediários, como os corretores de seguros, trouxe a esses parceiros de negócios mobilidade corporativa e possibilitaram que seus esforços fiquem concentrados nas vendas e no atendimento e consultoria de seguros ao cliente, e não em atividades burocráticas.

**Conclusão da integração das operações de Automóvel e Ramos Elementares**  
Em abril de 2022, a Allianz concluiu com sucesso o processo de integração das operações de Automóvel e Ramos Elementares, resultado da compra, em 2020, da SulAmérica Seguros de Automóveis e Massificados S.A., uma empresa do Grupo SulAmérica, criada para incorporar os negócios relativos aos ramos de Automóvel, Residencial, Condomínio, Empresarial e Habitacional (apólices de mercado, excluídos os produtos de seguro habitacional do Sistema Financeiro da Habitação).

O investimento de R\$ 3,2 bilhões nesta aquisição é considerado um marco na história do mercado de seguros no Brasil, representando um dos maiores investimentos realizados neste setor. A transação, alinhada à estratégia de crescimento da Seguradora, que visa atingir a liderança em mercados-chave, representou mais um grande passo no reposicionamento estratégico dos negócios do Grupo Allianz na América Latina.

Com a aquisição, a Seguradora dobrou de tamanho e passou ocupar a segunda posição no ramo automóvel e a primeira em condomínio.

A combinação das operações expandiu a capilaridade da Seguradora e potencializou a oferta com serviços cada vez melhores e negócios mais promissores, tornando-a uma empresa ainda mais atraente para clientes, corretores e talentos.

Com a unificação de sistemas, carteiras e produtos, a Allianz reforçou o alto padrão de serviços prestados aos clientes, o reconhecimento da marca e a relevância de suas parcerias comerciais, bem como, permitiu ainda investimentos adicionais em tecnologias digitais e disruptivas para potencializar o setor e continuar a oferecer soluções inovadoras e de primeira linha para os clientes locais.

**Inovação e simplicidade**  
Acompanhando tendências que agregam valor aos produtos e serviços, deixando-os cada vez mais

simples e flexíveis, as equipes de TI, Produtos, Comercial, Marketing e Operações estão sempre trabalhando juntas para oferecer a melhor experiência aos corretores e clientes. Como exemplos, destaque para a consolidação do know-how da companhia para integrações sistêmicas via APIs e os projetos de autotendimento relacionados à utilização de chatbot cognitivo, com inteligência artificial, que já respondem por 35% de todo atendimento, com mais de 30 serviços disponíveis para corretores e clientes.

**ABA: transformando potenciais em competências**  
Tendo como premissa desenvolver ações de longo prazo, tanto nos negócios como no campo social, um grupo de colaboradores da Allianz Brasil criou, em 1994, a ABA - Associação Beneficente dos Funcionários do Grupo Allianz, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade social na comunidade Santa Rita, zona leste de São Paulo, cumprindo um importante papel na sociedade.

A entidade oferece, diariamente, atividades multidisciplinares complementares ao ensino formal, para crianças e adolescentes, de 4 a 17 anos, provenientes de 50 escolas públicas da região. A ABA também aproxima a cultura digital dos adultos e idosos, por meio de aulas de computação e de dispositivos móveis. Desde sua fundação, a ABA já atendeu mais de 9.000 pessoas.

Durante a pandemia, a ABA precisou alterar suas atividades e continuar presente por meios digitais. Para isso, foi criado o Portal ABA Digital no YouTube, que permitiu manter a proximidade com as pessoas atendidas na instituição. Desde março de 2020, a instituição promoveu mais de 3.100 videoaulas, com mais de 270 mil visualizações, além de 47 lives e 16 mostras virtuais. Em novembro de 2021, seguindo todas as normas e protocolos de segurança sanitária, a ABA retomou 100% das atividades presenciais. Em 2022, comemorou 10 anos do Programa de Desenvolvimento Socioeducativo e implantou o Programa de Filosofia com crianças.

**Allianz Parque: referência em naming rights**  
Reconhecido como o mais bem-sucedido naming rights de arena do país, a Seguradora conta, em São Paulo, com uma plataforma para exposição de sua marca e geração de relacionamentos e negócios, o Allianz Parque.

Desde sua inauguração, em novembro de 2014, já recebeu 11 milhões de pessoas; 7 milhões delas acompanharam nas 335 partidas de futebol, outras 4 milhões assistiram aos 196 shows e mais de 300 mil participaram do Allianz Parque Tour.

**Apoio ao esporte**  
A Allianz tem uma forte presença no universo cultural e esportivo, apoiando iniciativas em todo o mundo, que compartilham dos mesmos valores e inspiram milhões de pessoas, com histórias de conquistas e superações. Além da Família de Arenas Allianz e o apoio ao futebol, Fórmula E, MoMa e Pianista Lang Lang, a Allianz, desde 2021, é a parceira global de oito anos (até 2028) com os Movimentos Olímpico e Paratímpico, tornando-se um dos 15 patrocinadores globais e primeira seguradora a fazer parte dessa selata grupo.

No Brasil, patrocinou os nadadores e medalhistas olímpicos Ana Marcela e Bruno Fratus, além de Jessica Messali, paratleta campeã mundial no paratriathlon. Em dezembro de 2022, anunciou o patrocínio ao time de futebol feminino do Palmeiras, visando contribuir com o desenvolvimento e representatividade das mulheres no futebol brasileiro.

**Agradecimentos**  
Aos acionistas pelo apoio operacional e estratégico. Aos nossos segurados e corretores pela confiança na marca Allianz. Aos nossos colaboradores pela dedicação, ética e sobretudo pelo comprometimento com a qualidade das informações prestadas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
São Paulo, 24 de fevereiro de 2023

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

	Nota	2022	2021
<b>PRÊMIOS EMITIDOS LÍQUIDOS</b>	18.1	8.322.712	6.879.663
<b>VARIACÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS</b>		(785.023)	(1.814.276)
<b>(=) PRÊMIOS GANHOS</b>	17.1	<b>7.537.689</b>	<b>5.065.387</b>
(-) SINISTROS OCORRIDOS	18.2	(6.014.533)	(3.802.498)
(-) CUSTOS DE AQUISIÇÃO	18.3	(1.356.146)	(1.004.655)
(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	18.5	(181.890)	(93.425)
(+/-) RESULTADO COM RESSEGURO	18.4	73.389	(29.302)
(+) RECEITA COM RESSEGURO		1.925.354	978.787
(-) DESPESA COM RESSEGURO		(1.849.697)	(1.008.129)
(+/-) OUTROS RESULTADOS COM OPERAÇÕES			
DE RESSEGURO		(2.268)	40
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	18.6	(826.417)	(799.401)
(-) DESPESAS COM TRIBUTOS	18.7	(183.450)	(209.467)
(+) RESULTADO FINANCEIRO	18.8	325.946	273.040
(+) RESULTADO PATRIMONIAL	18.9	(123.458)	(21.006)
<b>(=) RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>(748.870)</b>	<b>(621.327)</b>
<b>(+) GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES</b>	18.10	-	<b>1.428</b>
<b>(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>(748.870)</b>	<b>(619.899)</b>
(-) IMPOSTO DE RENDA	19.2	176.426	170.561
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19.2	107.121	103.659
(-) PARTICIPAÇÕES SOBRE O RESULTADO		(38.745)	(23.184)
<b>(=) PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(504.068)</b>	<b>(368.863)</b>
(f) QUANTIDADE DE AÇÕES		7.522.469.367	6.298.129.345
(=) Prejuízo do exercício por ação		(0,07)	(0,06)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

	Nota	2022	2021
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(504.068)</b>	<b>(368.863)</b>
<b>Varição no valor justo dos ativos financeiros</b>		<b>(35.314)</b>	<b>(242.606)</b>
Reconhecidos por ativos próprios		(157.818)	(296.917)
Reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial		93.137	(106.305)
Efeitos tributários sobre outros resultados abrangentes		29.367	160.616
<b>TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES</b>		<b>(539.382)</b>	<b>(611.469)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

	Nota	2022	2021
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Prejuízo / Lucro do exercício		(504.068)	(368.863)
Ajustes para:			
Provisão de imposto de renda e contribuição social	19.2	(283.547)	(274.220)
Depreciação e amortizações	10.2 e 10.3	19.591	17.547
Depreciação direito de uso	18.6	23.249	29.524
Perda / (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	18.5	46.892	2.173
Resultado de equivalência patrimonial	10.1	43.090	(50.122)
Amortização de mais valia-combinação de negócios	10.1.1	53.608	72.429
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	18.8	6.030	(2.702)
(Ganho) na alienação de imobilizado	18.10	-	(1.428)
Variação das provisões técnicas		313.509	1.081.231
Varição de outros ativos e passivos		(62.431)	68.426
Incorporação Allianz Brasil Seguradora S.A.	1	27.763	-
Ativos financeiros		(726.236)	(211.730)
Créditos das operações com seguros e resseguros		(913.294)	(1.733.382)
Ativos de resseguro		26.091	21.329
Créditos fiscais e previdenciários		(504.973)	(263.434)
Despesas antecipadas		(704)	89
Outros ativos		(86.603)	(330.488)
Bens direito de uso	8	39.307	(193.163)
Depósitos judiciais e fiscais		(26.581)	(6.262)
Outras contas a pagar		476.897	343.193
Impostos e contribuições		5.447	(23.959)
Débitos de operações com seguros e resseguros		621.604	749.593
Depósitos de terceiros		777	5.688
Provisões técnicas - seguros e resseguros		578.185	368.668
Provisões judiciais		15.636	10.376
Depósitos de arrendamento	11.2	(57.113)	199.990
<b>Caixa líquido (consumido) / gerado pelas operações</b>		<b>(877.874)</b>	<b>(491.497)</b>
<b>Caixa líquido (consumido) / gerado nas atividades operacionais</b>		<b>(877.874)</b>	<b>(491.497)</b>
Investimentos - baixa	10.1	347.252	1.010.000
Imobilizado - baixa		-	18.891
Resgate de títulos disponíveis para venda e rendidos até o vencimento	5.2	3.403.661	3.371.676
Investimentos	10.1	114.000	-
Imobilizado - aquisição	10.2	(10.971)	(26.389)
Aplicações de títulos disponíveis para venda	5.2	(3.398.845)	(3.768.375)
<b>Caixa líquido gerado / (consumido) nas atividades de investimentos</b>		<b>231.096</b>	<b>605.803</b>
Aumento de Capital		800.000	-
<b>Caixa líquido (consumido) / gerado nas atividades de financiamentos</b>		<b>800.000</b>	<b>-</b>
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	18.8	(6.030)	2.702
<b>Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa</b>		<b>147.192</b>	<b>117.008</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa no início do exercício</b>		<b>180.770</b>	<b>63.762</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa no final do exercício</b>		<b>327.962</b>	<b>180.770</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Allianz Seguros S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado sediada em São Paulo, na Rua Eugênio de Medeiros, 303. Seu capital social é composto por 7.522.469.387 de ações ordinárias sem valor nominal, controlada no Brasil pela Allianz do Brasil Participações Ltda. com participação de 99,965% e cujo controlador em última instância é a Allianz SE. Autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), a Seguradora opera em todas as modalidades de seguros dos segmentos de ramos elementares e pessoas cuja abrangência se dá em todo território nacional.

Em 12 de novembro de 2021, a Allianz Seguros S.A. protocolou na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP o pedido de aprovação prévia para promover a incorporação da totalidade do patrimônio da Allianz Brasil Seguradora S.A. (Controlada) pela Allianz Seguros S.A. (Controladora), conforme processo SUSEP nº 15414.648673/2021-93, ato que recebeu o deferimento do pleito através da Carta Homologatória Eletrônica nº 25/2021/SUSEP, na data de 3 de janeiro de 2022.

Conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária e nos termos do protocolo e justificativa de incorporação, em 1º de abril de 2022 foi concluído o processo de incorporação de sua controlada Allianz Brasil Seguradora S.A., pela sua controladora Allianz Seguros S.A.

A incorporação está inserida no projeto de simplificação da estrutura societária da Seguradora, devendo resultar em redução de custos de natureza operacional, administrativa e financeira. Como resultado desta incorporação, a Allianz Brasil Seguradora S.A. foi extinta de pleno direito e a sua controladora Allianz Seguros S.A. se tornou sua sucessora. Todas as 1.060.778.409 ações ordinárias de emissão da Allianz Brasil Seguradora S.A. foram canceladas, sendo 1.060.778.408 de titularidade da Allianz Seguros S.A e 1 ação de titularidade da Allianz do Brasil Participações Ltda., nos termos do §1º do artigo 226 da Lei das S.A..

O valor patrimonial do acervo líquido contábil da Allianz Brasil Seguradora S.A. no montante de R\$ 248.372.899,86 (duzentos e quarenta e oito milhões, trezentos e setenta e dois mil, oitocentos e noventa e nove reais e oitenta e seis centavos), para fins de incorporação, foi avaliado por empresa especializada na data-base de 31 de janeiro de 2022 que emitiu laudo datado de 25 de março de 2022. O acervo líquido contábil incorporado atualizado para 31 de março de 2022 foi de R\$ 247.421.212,08 (duzentos e quarenta e sete milhões, quatrocentos e vinte e um mil, duzentos e doze reais e oito centavos). Os saldos de investimento e de valores a receber e a pagar da Allianz Brasil Seguradora S.A. junto à sua controladora Allianz Seguros S.A. foram eliminados no processo de incorporação.

Os saldos contábeis da Allianz Brasil Seguradora S.A. foram contabilizados com base no acervo líquido contábil de 31 de janeiro de 2022 e os saldos subsequentes, de 28 de fevereiro de 2022 e 31 de março de 2022, foram incorporados através do patrimônio líquido da Seguradora.

**Balanco Patrimonial Incorporado em 1º de abril de 2022:**

	31/03/2022	31/03/2022
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>276.703</b>	<b>182.568</b>
DISPONÍVEL	674	4.386
APLICAÇÕES	84.555	20.181
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES	2.310	154.408
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	126.789	3.683
OUTROS VALORES E BENS	61.471	372.618
DESPESAS ANTECIPADAS	260	129
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	432	370.833
ATIVO DE RESSEGURO		
E RETROCESSOS DIFERIDOS	212	1.656
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>525.994</b>	<b>247.421</b>
APLICAÇÕES	427.457	143.520
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	87.578	8.799
OUTROS VALORES E BENS	8.340	125.377

	31/03/2022	31/03/2022
<b>CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS</b>	<b>686</b>	<b>587</b>
<b>ATIVO DE RESSEGURO</b>	<b>587</b>	<b>27.763</b>
E RETROCESSOS		
IMOBILIZADO	1.188	
INTANGÍVEL	158	
<b>TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>802.697</b>	<b>802.697</b>

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que incluem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referendados pela SUSEP através da Circular nº 648/2021, e alterações posteriores.

**2.1 Base de elaboração**  
A preparação das demonstrações financeiras considera o custo histórico com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, os ativos mensurados a valor justo por meio do resultado e os ativos para venda mensurados pelo valor justo deduzidos os custos de venda (salvados) - valor realizável líquido e provisões de sinistros o qual inclui correção monetária juros futuros.

As referidas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal da Seguradora e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e as respectivas notas explicativas.

**2.2 Circulante e não circulante**  
A cada data de balanço a Seguradora procede à revisão dos valores inseridos no ativo e passivo circulante, transferindo para o não circulante, quando aplicável, os valores cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data base.

**2.3 Moeda funcional**  
A moeda do ambiente econômico principal a qual a Seguradora utiliza na preparação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima.

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado do período.

**2.4 Estimativas e julgamentos**  
A preparação das referidas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Seguradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre os julgamentos realizados na aplicação das

## ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.573.796/0001-66

www.allianz.com.br



Os prêmios de seguros e os correspondentes custos de aquisição cujo período de cobertura do risco já foi iniciado, mas cujas apólices ainda não foram emitidas (Riscos Vigentes e Não Emitidos - RVNE), são reconhecidos com base em estimativas.

Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado ao longo do período de recebimento das parcelas dos prêmios.

### 3.2 Instrumentos financeiros

Os critérios de classificação, mensuração e avaliação dos instrumentos financeiros, aplicados pela Seguradora estão assim descritos:

#### 3.2.1 Caixa e equivalente de caixa

Incluem saldos em conta movimento sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de até três meses a partir da data de contratação, com risco insignificante de mudança de valor justo e não vinculados a cobertura de provisões técnicas ou dados em outras formas de garantia.

#### 3.2.2 Valor justo por meio do resultado

São classificadas nessa categoria as ativos financeiros em que a Seguradora opera com finalidade e estratégia de vendas para investidores ativos e frequentes. O gerenciamento e a tomada de decisões de compras e vendas destes investimentos são baseados em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos, alinhados ao gerenciamento dos passivos oriundos das operações de seguros. Esses ativos são registrados pelo valor justo, e as mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

#### 3.2.4 Disponíveis para venda

Ativos financeiros não derivativos que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas líquidas dos efeitos tributários no patrimônio líquido. No momento em que esses ativos são alienados, os saldos anteriormente classificados no patrimônio líquido são reconhecidos no resultado do período.

#### 3.2.5 Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes são reconhecidos com valor justo, somados os custos de transação diretamente atribuíveis, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, e compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "Títulos e créditos a receber".

#### 3.2.6 Valor justo dos ativos financeiros

O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: (i) títulos públicos - com base nos preços de mercado secundários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA); (ii) os certificados de depósitos bancários, as letras financeiras e as debêntures são registrados ao valor justo, conforme manual de marcação a mercado do custodiante; (iii) as quotas de fundos de investimentos são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço.

#### 3.2.7 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são caracterizados como uma obrigação contratual de pagamento de determinada importância em moeda ou em outros instrumentos financeiros. Os passivos financeiros da Seguradora contemplam substancialmente obrigações com fornecedores e contas a pagar.

#### 3.2.8 Redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis

A estimativa de perda para riscos de crédito sobre prêmios a receber foi constituída com base na parcela do prêmio que pode não ser recebida. A metodologia de cálculo desta estimativa considera o percentual de inadimplência por aging para cada linha de negócio. Tais percentuais são obtidos através da análise histórica de recebimentos.

A metodologia da redução ao valor recuperável sobre as operações a recuperar com resseguradores é baseada no aging dos créditos vencidos acima de 180 dias, conforme determina o inciso III do art. 139 da Circular Susep nº 648/2021. A avaliação para redução dos valores recuperáveis de cosseguro cedido considera o montante total a receber de recuperação acima de 180 dias.

Os montantes das estimativas constituídas são julgados suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização de créditos e contas a receber.

#### 3.3 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável de ativos não financeiros deve ser avaliado para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, é estimado o valor recuperável do ativo. É reconhecida uma perda por *impairment* no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso.

Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

#### 3.4 Bens à venda - salvados

Bens patrimoniais integralmente indenizados aos segurados, em decorrência de um evento de sinistro. A mensuração de um salvado é feita em relação ao seu valor referencial de mercado e a abertura da reserva dos custos diretamente relacionados à venda são estimados através estudo que se utiliza da média histórica de pagamentos de despesas.

É reconhecida a perda no seu valor recuperável quaisquer créditos com mais de 180 dias de pendência para todos os ramos, exceto para o agrupamento Motor, que a Seguradora considera acima de 365 dias de pendência, pois ocorre uma reclamação no saldo pendente das faixas anteriores.

A parcela dos salvados a recuperar, cujo sinistro foi avisado e ainda não pago, é contabilizada como redutora da provisão de sinistros a liquidar.

### 3.5 Investimentos

#### 3.5.1 Participações societárias

Refere-se a investimentos nas controladas Allianz Saúde S.A. e Allianz Brasil Seguradora S.A que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e também compreende o ágio por expectativa de rentabilidade futura e a Mais Valia, decorrente dos ativos intangíveis identificados provenientes da combinação de negócio ocorrida em 2020.

A Seguradora efetua a amortização dos itens apurados pela Mais Valia na aquisição de controladas baseado nas taxas e prazos definidos no documento Alôcação de Preço de Compra (PPA). Anualmente, o ágio por expectativa de rentabilidade futura é testado com o intuito de avaliar a necessidade de *impairment*. Esse teste consiste em projetar com base em premissas razoáveis e fundamentadas que representem a melhor estimativa, por parte da administração, do conjunto de condições econômicas que existirão na vida útil remanescente do ativo. (Nota 10.1.1)

#### 3.5.2 Imóveis destinados à renda

Imóveis próprios da Seguradora cuja finalidade é obter renda através da locação destes imóveis. Tais ativos foram registrados pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada, calculada com base na vida útil estimada, e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável.

#### 3.6 Imobilizado

O ativo imobilizado é reconhecido pelo custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. O *software* adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica estimada de cada parte ou bem do imobilizado. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.

As benfeitorias em imóvel de terceiros referem-se aos gastos realizados com instalações, melhorias e outras benfeitorias, de uso administrativo, com o objetivo de adequá-las às necessidades de utilização da Seguradora. A amortização é calculada de acordo com o prazo determinado em contrato. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

A apuração do ganho ou perda na alienação de um item do ativo imobilizado é calculada entre o valor efetivo recebido na alienação e o valor contábil residual do bem, sendo registrado no resultado do período.

#### 3.7 Intangível

Gastos com desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e capacidade da Seguradora de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos *softwares* de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento e são apresentados deduzidos da amortização acumulada gerada durante a vida útil.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas à medida que são incorridas. A amortização é calculada sobre o custo do ativo sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, visto que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

#### 3.8 Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e a contribuição social do período corrente é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 2% sobre o lucro tributável que excede R\$ 240 no exercício para lucros tributáveis e 15% sobre o lucro tributável para a contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos e ambos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, as taxas de impostos são decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e são mensurados pelas alíquotas em que se espera serem aplicadas no momento pelo qual as diferenças temporárias forem revertidas.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis contra os quais serão utilizados.

A Medida Provisória nº 1.111 de 2022, determinou que até 31 de dezembro de 2022 a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das empresas de seguros privados é 16%. Os ativos e passivos fiscais circulantes e diferidos oriundos de tributos sobre o lucro e lançados pela mesma autoridade tributária, são compensados para fins de apresentação no balanço patrimonial. A interpretação técnica ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Neste sentido, a entidade analisou retrospectivamente a legislação fiscal e os tratamentos utilizados nas apurações dos tributos sobre o lucro, e aplicando as premissas estabelecidas pelo ICPC22. A Seguradora entende que há dúvidas sobre a aceitação por parte das autoridades tributárias de benefício atrelado à "lei do bem" tomado nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL no exercício de 2017 (pelo regime de competência). Diante dessa incerteza, a Seguradora concluiu por provisionar o montante envolvido até que ocorra a aprovação dos saldos pelas autoridades. O saldo envolvido é irrelevante perante o total de contingências fiscais.

#### 3.9 Provisões técnicas - seguros

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as normas e determinações vigentes. No passivo circulante e não circulante as provisões técnicas de seguros estão classificadas em: (a) Danos; (b) Pessoas; (c) Vida individual e (d) Vida com cobertura de sobrevivência.

#### 3.9.1 Provisão de prêmios não ganhos - IPPG

É constituída pela parcela dos prêmios emitidos de seguros, bruto e ativo de resseguro, correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro-rata die", tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. A provisão para riscos vigentes, mas não emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base no prêmio bruto e ativo de resseguro observado, nas diversas carteiras da Seguradora, considerando-se a data do início de vigência de cada documento e a sua respectiva data de emissão.

#### 3.9.2 Provisão de sinistros a liquidar - PSL

É constituída por estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das demonstrações financeiras, considerando a estimativa bruta e do ativo de resseguro. Esta provisão contempla, quando aplicável, os ajustes para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final.

Para registro dos sinistros em discussão judicial a Seguradora aplica metodologia específica, a qual prevê a determinação dos valores de abertura considerando a melhor estimativa de pagamento, que já considera a expectativa de juros e correção monetária futuros, conforme formulação obtida através de estudos estatísticos atuariais que levam em consideração, entre outros fatores, a correlação histórica entre o valor pedido e o valor indenizado. As decisões judiciais que determinam pagamentos de reclamações oriundas de apólices vigentes, mesmo que sem cobertura prévia, são consideradas como sinistros e registradas como provisões técnicas. Os desfechos judiciais cujos eventos não estejam relacionados à apólice, com exceção dos riscos vigentes e ainda não emitidos e a riscos ocorridos fora da vigência das apólices, são tratados como outros débitos. Caso um evento lançado inicialmente como outros débitos for identificado como ocorrido dentro da vigência da apólice, este poderá sofrer alteração, sendo classificado como sinistro quando houver tal caracterização. A expectativa de salvados e ressarcimentos, quando aplicável, está registrada com ajuste de salvados e ressarcidos na PSL.

#### 3.9.3 Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR

É constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, sendo calculada com metodologia Chain Ladder tomando por base o desenvolvimento dos montantes de sinistros incorridos, distribuídos pelas datas de movimento e datas de ocorrência. O cálculo desta provisão considera o histórico de sinistros ocorridos, incluindo os casos em ação judicial, movimentados até a data base de cálculo. São utilizados 60 (sessenta) períodos de desenvolvimento, os quais, dependendo da característica de cada agrupamento de ramos, são utilizados agrupamentos mensais, trimestrais, semestrais ou anuais, considerando a análise da parcela bruta e do ativo de resseguro. A expectativa de salvados e ressarcimentos, quando aplicável, está registrada com ajuste de salvados e ressarcidos no IBNR.

#### 3.9.4 Provisão de despesas relacionadas - PDR

A Seguradora constitui, de forma segregada das demais provisões de sinistros, a provisão de despesas relacionadas para a cobertura dos valores esperados decorrentes das despesas relacionadas a sinistros e benefícios.

#### 3.9.5 Provisão complementar de cobertura - PCC

Refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas, aplicando-se a tábua biométrica BR-EMS para ambos os sexos e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco autorizada pela SUSEP

#### 3.9.6 Teste de adequação de passivos - TAP

A Seguradora elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem a definição de um contrato de seguro segundo legislação vigente e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzida da despesa de comercialização diferida e comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

As premissas utilizadas foram:

- O teste considerou a projeção dos sinistros e benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alcovães relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros.
- Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Seguradora utilizou as taxas a termo livres de risco definidas pela SUSEP correspondendo às respectivas características de cada portfólio - ETTJ fixada para o portfólio Administrativo; Cupom IPCA para o portfólio Judicial e o Cupom Cambial para a parcela do portfólio em moeda estrangeira.
- De acordo com a legislação vigente, o teste foi segmentado em seguro de pessoas e danos. Não foram incluídos nos testes os passivos relacionados às operações de retrocessão.
- A Seguradora considerou na projeção dos sinistros a ocorrer premissas de sinistralidade e despesas futuras baseadas no plano de negócio das expectativas futuras da Seguradora. Os percentuais definidos de sinistralidade e despesas administrativas por agrupamento foram respectivamente: Automóvel (69,5%; 5,7%), Patrimoniais (61,9%; 4,5%), Transportes (53%; 3,3%), Responsabilidades (83,3%; 3,5%), Riscos Financeiros (35%; 0,3%), Pessoas Coletivo (50,6%; 2,7%) e Pessoas Individual (48%; 4,9%).

Para os seguros de vida em run-off a premissa de mortalidade utilizada foi a tábua BR-EMS vigente. As provisões de sinistros (PSL, IBNR, IBNER e PDR) foram consideradas adequadas, tanto para o segmento de Danos quanto o de Pessoas, quando comparadas com o valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, considerando a expectativa de despesas alcovães e salvados, quando aplicável.

As provisões de prêmios (PPNG-RVNE) foram consideradas adequadas, tanto para o segmento de Danos quanto o de Pessoas, quando comparadas com o valor presente esperado do fluxo referente a sinistros a ocorrer dos riscos já assumidos, acrescidos das despesas de manutenção do portfólio. Para os produtos em run-off (seguros de vida sem reenquadramento por faixa etária) os fluxos relacionados aos prêmios não registrados, sinistros a ocorrer e despesas correspondentes, o resultado do teste de adequação do passivo apresentou necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura (PCC) (Nota 14.3).

#### 3.10 Provisões judiciais e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados nas demonstrações financeiras quando aplicável.

#### 3.11 Contrato oneroso

Caracterizado quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato original excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato, provenientes de alterações nas condições de mercado. Tais contratos são reconhecidos e mensurados como provisões, sendo a diferença entre os pagamentos e recebimentos até o final do contrato, descontada a valor presente.

#### 3.12 Benefícios aos colaboradores

As despesas com benefícios legais e facultativos concedidos aos colaboradores são lançadas como despesa à medida que ocorrem.

A Seguradora é patrocinadora do plano de previdência privada, administrado por instituição de previdência privada para a finalidade, para seus colaboradores e administradores, na modalidade Plano Gardor de Benefícios Livres (PGBL). Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade com predominância em renda fixa. Os aportes mensais são calculados com base em salário-base de contribuição do participante. A Seguradora possui programa de participação nos lucros e resultados aos colaboradores, conforme disposto nas Leis nº 10.101/2000 e 12.832/2013, devidamente acordado com o sindicato representativo da categoria, sendo o valor correspondente registrado em "Obrigações a pagar". O cálculo da participação dos colaboradores considera, na sua composição, indicadores de resultados da Seguradora e de desempenho individual, não estando desta forma, restrito exclusivamente ao resultado líquido apurado no exercício.

O rol de benefícios contempla ainda plano médico e odontológico, auxílios: alimentação, refeiçao, combustível, creche, complementação ao auxílio doença, seguro de vida em grupo e assistência funeral, além de assistência jurídica e jurídica aos colaboradores e dependentes, convênio com academia de ginástica, ajuda de custo para despesas com trabalho em residência, e são reconhecidos no resultado à medida que incorridos.

#### 3.12.1 Plano de incentivo baseado em ações

O programa de incentivo de longo prazo utilizado pelo Grupo Allianz, a nível mundial, para os principais executivos, concentra-se na valorização do valor da marca Allianz obtido através do alcance de performance individual e premissas previamente determinadas pelo Grupo. O plano de incentivo denominado Allianz Equity Incentive (AEI) é concedido sob a forma de unidades de estoque restritas *Restricted Stock Units* (RSUs), e faz parte de um novo componente de remuneração variável para os beneficiários do plano.

As RSUs estão sujeitas a um período de aquisição de quatro anos e são atreladas às ações do Grupo, como parâmetro monetário para valorização. O valor justo é calculado subtraindo o valor presente líquido dos pagamentos de dividendos futuros esperados até o vencimento, bem como o valor justo do item correspondente ao preço médio da ação prevalentemente na data de avaliação. (nota 20.2.1).

#### 3.12.2 CPC 06 (R2) - arrendamento

O CPC 06 (R2) (IFRS 16) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27).

A norma referendada pela SUSEP entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021 e introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Este modelo requer do arrendatário o reconhecimento de um ativo de direito de uso a ser depreciado e de um passivo de arrendamento com apropriação de encargos financeiros e que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. As isenções são para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Para arrendadores permanece semelhante ao padrão anterior.

Na transição a Seguradora reavaliou todos os contratos para identificar arrendamentos com direito de uso dos ativos conforme definição prevista no CPC 06 (R2) e aplicou a norma utilizando o método retrospectivo modificado e as informações financeiras comparativas abrangendo esse tema não foram apresentadas, como permitido pela referida norma. Portanto, a definição de arrendamento à luz do CPC (R2) foi aplicada apenas para os ativos registrados em 1º de janeiro de 2021 ou celebrados após esta data.

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental de acordo com o prazo do contrato conforme abaixo:

- Contratos de arrendamento de locação de imóveis de 1 a 5 anos 1,4% e de 6 a 10 anos 2,7%.
- A taxa referencial é mensurada de acordo com três fatores: (i) taxa de juros do país, de acordo com os prazos de referência de contratos (de 1 a 5 anos, de 6 a 10 anos, de 11 a 20 anos e de 21 a 50 anos); (ii) ajustada pelo spread de crédito baseado na taxa Allianz EUR *Senior Credit Default Swap* (CDS) disponível na agência Bloomberg; (iii) ajustada pelo tipo do arrendamento, a fim de incorporar a garantia contra o risco de inadimplência e múltiplo para imóveis é de 50%.

Os ativos de direito de uso foram avaliados por um valor igual ao passivo de arrendamento e ajustados pelo valor da provisão onerosa do contrato antes do período inicial como alternativa à revisão de *impairment*.

A Seguradora optou por não reconhecer itens de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, tablets, computadores pessoais, telefones, móveis de escritório e copiadoras), bem como locações de carros. Os contratos reconhecidos sob o CPC 06 (R2) são oriundos de alugueis referentes à sede da matriz da Seguradora e de suas filiais e estão registrados nas rubricas "Direito de uso" no ativo circulante e ativo não circulante, e "Passivo de arrendamentos" no passivo circulante e não circulante, respectivamente.

O prazo dos contratos de arrendamento é definido contratualmente. Estes contratos são revisados anualmente juntamente com a atualização monetária, ou em eventuais mudanças que afetem a mensuração inicial. Se houver a expectativa de renovação, o mesmo período do contrato original é considerado como prazo de renovação e acrescido no cálculo do valor presente do ativo e passivo de arrendamento no momento da mensuração inicial.

## 4. GESTÃO DE RISCOS

A Seguradora possui uma estrutura de gestão de riscos que segue os padrões do Grupo Allianz e o requerido pela Circular SUSEP nº 416/2021, portanto, compatível com a natureza, o porte, a complexidade, o perfil de risco e o modelo de negócio da Seguradora. Esta estrutura é liderada pelo diretor executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, que tem sob sua responsabilidade a área de provisão financeira e econômica. Caso estes riscos venham a se materializar, a alta Administração e o Grupo Allianz tomarão as medidas necessárias para restaurar e preservar a continuidade de suas operações e a sua posição econômico-financeira.

O CRO e sua estrutura assumem o papel de "segunda linha de defesa", e tem como finalidade monitorar se a Seguradora está sendo gerida dentro do apetite de riscos definido pela alta Administração e seus acionistas. A estrutura de gestão de riscos, por meio de um conjunto de metodologias e ferramentas de gestão de riscos, permite também identificar e avaliar se há riscos aos quais a Seguradora se encontra exposta que possam estar fora de sua tolerância, além de traçar seu perfil de riscos. Assim, é possível avaliar se há riscos que demandam uma estratégia de mitigação de forma a evitá-los, transferi-los através de resseguro, ou simplesmente aceitá-los conscientemente como parte dos negócios.

O processo de gestão de riscos conta com a participação de todas as camadas da Seguradora que possuem papéis e responsabilidades relativos à gestão de riscos dentro das suas áreas de atuação. Essa abordagem permite a identificação dos riscos que possam ter um impacto significativo nas operações e no seu desempenho financeiro e econômico. Caso estes riscos venham a se materializar, a alta Administração e o Grupo Allianz tomarão as medidas necessárias para restaurar e preservar a continuidade de suas operações e a sua posição econômico-financeira.

Para garantir que a Seguradora esteja em total concordância com o requerido pela Circular SUSEP nº 648/2021, a estrutura de gestão de risco é discutida trimestralmente durante o Comitê de Riscos, cuja sessão contém representantes das áreas de Compliance, Segurança da Informação, Auditoria, Atuarial Institucional, CUO (Chief Underwriting Officer), CFO (Chief Finance Officer) e CEO (Chief Executive Officer). Nesta sessão são abordados os pontos mais relevantes no tocante à saúde da Seguradora, de modo que estas discussões visam gerenciar as incertezas, buscar oportunidades e aprimorar os processos e controles internos, assegurando uma tomada de decisão robusta e eficiente. A estrutura de gestão de riscos da Seguradora é descrita mais detalhadamente nas próximas seções.

#### 4.1 Governança de risco

Uma governança corporativa bem definida é um pilar fundamental para permitir que a estrutura de gestão de riscos e o sistema de controles internos da Seguradora operem efetivamente. A Seguradora possui um Conselho de Administração, cujas funções incluem convocação de Assembleia dos Acionistas, aprovação dos relatórios, escolha dos auditores externos, dentre outras responsabilidades. Cabe ao Comitê Executivo definir as ações estratégicas e assegurar que elas sejam implementadas de forma a garantir o sucesso da Seguradora.

A Seguradora possui um Comitê de Auditoria e um Comitê de Riscos independentes, conforme requerido pelas regulamentações locais, que tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que tange a supervisão da implementação e operacionalização da Estrutura de Gestão de Risco. O Comitê também avalia a efetividade dos controles internos da Seguradora, com evidenciando das deficiências detectadas através de relatório específico para este fim.

A estrutura de governança de gestão de riscos da Seguradora também segue os padrões e princípios estipulados pelo Grupo Allianz e é formada por um conjunto de Comitês que possuem mandatos específicos e documentados conforme apresentados a seguir:

- Comitê de Risco (RiCo) para atender as solicitações do Grupo Allianz. Este Comitê de Riscos tem como objetivo principal garantir que as estratégias, políticas e os processos de gestão de riscos da Seguradora operem de forma eficaz para assegurar que os riscos significativos da empresa sejam adequadamente identificados, avaliados e mitigados. O Comitê de Riscos, que se reúne regularmente, é liderado pelo CRO e tem como membros Diretores Executivos e Alta Liderança de áreas-chave e como convidados permanentes representantes do Grupo Allianz. Isto garante a completa independência do CRO, além de mitigar potenciais conflitos de interesse. Para reforçar esta independência, o CRO possui linha direta de reporte com o CRO da Região Latam e o CRO do Grupo Allianz, bem como suas respectivas equipes de gestão de riscos corporativos. Além destes, linhas diretas com o CEO Local, o Comitê de Auditoria independente, o Comitê de Riscos independente, além de linha de contato com o Conselho de Administração.
- Há outros comitês que complementam a governança de gestão de riscos da Seguradora, cujas responsabilidades são focadas em esferas e áreas de riscos específicos. Os principais comitês são:
  - O Comitê de Ética e Conduta visa garantir que a Seguradora promova os princípios fundamentais de ética e conduta estabelecidos por meio de seu Código de Ética e Conduta, que este esteja adequadamente divulgado e monitorado e que os casos de não conformidade, incluindo corrupção, fraude ou outros tipos de ilícitos, sejam apurados e deliberados por este Comitê.
  - O Comitê Financeiro estabelece diretrizes gerais para a gestão de investimentos da Seguradora, de maneira a maximizar a rentabilidade dos ativos observando os fatores de segurança, solvência e riscos de crédito, mercado e liquidez. Estas estratégias respeitam a regulamentação em vigor e estão em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Grupo Allianz;
  - O Comitê de Reportes Financeiros visa assegurar que as demonstrações financeiras e informações relacionadas estejam corretas, completas e fidedignas conforme resultados financeiros e operacionais em todos os aspectos. Outrossim, assegura que as publicações financeiras e divulgações relacionadas estejam de acordo com as normas de procedimentos contábeis internacionais e nacionais.

- O Comitê de Reservas supervisiona, monitora, analisa, revisa e aprova os saldos das provisões técnicas. Além disso, monitora o desenvolvimento das provisões técnicas através de testes de consistência e, se necessário, recomenda ajustes e medidas para assegurar a conformidade dos valores contabilizados;
- O Comitê de Subscrição monitora a evolução da carteira dos produtos, analisando: a evolução da frequência e custo médio por garantia, eventuais causas de desvios, rentabilidade e os volumes de produção por segmento de subscrição. Além de identificar ações corretivas de precificação e subscrição necessárias para atingir as metas do plano estratégico trienal; e
- O Comitê de Proteção e Resiliência garante uma cultura de Proteção e Resiliência organizacional para antecipar, preparar e adaptar-se a mudanças e interrupções súbitas, de modo a proteger as operações de negócios (TI e Não-TI), pessoal e ativos físicos. Assim, a Allianz Seguros garante que estará mais bem posicionada para responder de maneira eficaz e eficiente quando for necessário.

#### 4.2 Riscos de seguros

##### 4.2.1 Riscos de danos e pessoas

O risco de seguro pode ser definido como sendo o risco transferido por qualquer contrato que exista a incerteza de que o evento de seguro ocorra (sinistro) e onde haja incerteza sobre o valor de indenização. Os contratos de seguro transferem risco significativo, onde possuímos a obrigação de desembolso de benefício adicional aos nossos segurados. Desta forma todas as áreas envolvidas no processo agem ativamente sobre a gestão de riscos de seguros, definição de políticas operacionais e avaliação de processos.

O principal risco assumido é o risco de que a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos nossos segurados sejam maiores do que previamente estimados segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que devemos pagar para fazer face aos eventos de sinistros.

A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Essa estratégia é definida anualmente em um planejamento estratégico que estabelece as classes de negócios, regiões territoriais e segmentos de mercado em que a Seguradora irá operar. Com base nas estratégias definidas, são elaboradas as políticas de aceitação e os processos de gestão de riscos dos contratos de seguros.

Como forma de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos, a Seguradora mantém contratos de resseguro, os quais são renovados periodicamente. Os contratos de resseguros firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a pulverizar a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica, além das colocações de riscos facultativos para gerenciamento de risco de severidade.

As indenizações de riscos são devidas aos segurados na medida em que os sinistros ocorram e a Seguradora automaticamente passa a ter o dever de efetuar a indenização de todos os eventos cobertos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência deste. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, seja ele considerado de curto ou longo prazo, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) e/ou Provisão de Sinistros Não Suficientemente Avisados (IBNER). Ambas despendidas para absorverem riscos inerentes a avisos posteriores à ocorrência do evento indenizável.

Como parte integrante do risco de seguro, o custo estimado de sinistros inclui despesas diretas a serem incorridas na liquidação dos sinistros. A Seguradora adota diversos procedimentos para garantir que as informações relativas à sua exposição de sinistros são adequadas. Todavia, considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, é provável que a liquidação final se mostre diferente do passivo inicialmente constituído. Estas provisões incluem o IBNR, IBNER e a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL). Entretanto, os valores de sinistros judiciais, são particularmente sensíveis à jurisprudentia relativa à matéria em questão.

O quadro a seguir apresenta a estrutura dos prêmios emitidos brutos de cosseguros cedidos, antes e após as ccessões de resseguros cedidos.

# ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.573.796/0001-66  
www.allianz.com.br



Agência Classificadora	31/12/2021	
	brAAA; brAA+; brAA; brA-	Abaixo de B- ou Sem Classificação
S & P / Fitch Atlantic		
Disponíveis para venda		2.857.940
Títulos de renda fixa públicos		2.857.940
Valor justo por meio de resultado	2.857.940	2.857.940
Quotas de fundos de investimentos	-	124.016
Quotas de fundos de investimentos	-	124.016
Total aplicações financeiras	2.857.940	2.981.956
Empréstimos e recebíveis		
Prêmios a receber (*)	-	2.623.594
Operações com seguradoras	-	8.433
Títulos e outros créditos a receber	-	41.781
Totais	2.857.940	5.655.764

Rating	Local	
	31/12/2022	31/12/2021
AAA / AA+ / AA / AA-	223.916	153.788
A+ / A / A-	223.916	153.788

### 4.3.2 Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações de indicadores do mercado financeiro, que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos em virtude de flutuações nas taxas de juros, preços e taxas de câmbio.

Mensalmente a área de riscos produz análises em que são considerados os valores de mercado dos ativos e a partir de diferentes cenários de taxa de juros, demonstra os impactos na solvência da Seguradora e resultado financeiro.

Há outras considerações importantes analisadas pelo Comitê Financeiro para permitir que o risco de mercado seja bem gerenciado e mitigado, como, por exemplo, o monitoramento e análise contínua da duração da carteira, casamento dos vencimentos dos ativos com os passivos atuariais e indexadores dos papéis. Além disso, o Comitê Financeiro estipula limites relacionados à exposição da carteira em risco de mercado.

#### 4.3.2.1 Risco de juros

O risco na taxa de juros resulta da variação na taxa de juros de mercado dos ativos que compõem o portfólio da Seguradora, impactando seus preços e, conseqüentemente, a rentabilidade.

Os ativos são classificados como disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e a preços de mercado (valor justo). A avaliação desses ativos é feita pelo banco custodiante com base em manual próprio de marcação a mercado e validada pela área de investimentos.

O teste de sensibilidade abaixo mostra o impacto de uma alta na taxa de juros nos ativos que compõem a carteira da Seguradora. Vale ressaltar que os investimentos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Letras Financeiras (LF) e Debêntures presentes na carteira da Seguradora são pós-fixados, não apresentando, portanto, nenhum impacto quanto à variação de taxa de juros.

Classes	31/12/2022		
	Premissas	Contábil	Saldo Efeitos no resultado e Patrimônio líquido Ajustado
Ativos públicos disponíveis para venda			
Pré-fixados	4,5 p.p na taxa	1.127.152	(91.618) 1.035.534
Inflação	4,5 p.p na taxa	1.940.555	(165.127) 1.775.428
Pós-fixados		425.165	- 425.165
Outros - valor justo por meio de resultado		169.621	- 169.621
Totais		3.662.493	(256.745) 3.405.748

Classes	31/12/2021		
	Premissas	Contábil	Saldo Efeitos no resultado e Patrimônio líquido Ajustado
Ativos públicos disponíveis para venda			
Pré-fixados	4,5 p.p na taxa	1.010.672	(82.856) 927.816
Inflação	4,5 p.p na taxa	1.488.076	(132.547) 1.355.529
Pós-fixados		359.192	- 359.192
Outros - valor justo por meio de resultado		124.016	- 124.016
Totais		2.981.956	(215.403) 2.766.553

O item "Outros" não contempla o montante de R\$ 662 (R\$ 662 em 31 de dezembro de 2021) referente a depósitos no IRB registrados no ativo circulante.

#### 4.3.2.2 Risco de preço

O risco de preço decorre da variação do preço de negociação de um determinado instrumento financeiro. A Seguradora não possui exposição em ações ou outros ativos financeiros que sofram variação de preço que não os relativos às variações de juros, conforme mencionado no item anterior. Dessa forma, a gestão do risco de preços é realizada exclusivamente por meio da análise de sensibilidade de juros.

#### 4.3.2.3 Risco de câmbio

Ocorre quando o investimento é realizado em instrumentos financeiros denominados em moeda diferente daquela em que foi aberta a conta de origem. As variações da taxa de câmbio poderão resultar em perdas no caso de haver descaçamento de saldos ativos e passivos. O controle desse risco é exercido mensalmente mediante monitoramento das posições ativas e passivas em moedas estrangeiras, com o propósito de identificar o grau de exposição e descaçamento.

Há limites específicos para exposição em moeda estrangeira que são monitorados pela área de Riscos e Controles Internos.

#### 4.3.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco, no curto prazo, de que as obrigações de pagamentos (correntes ou futuros) não possam ser cumpridas ou, se sim, mediante condições alteradas. Este risco pode surgir principalmente se existir incompatibilidade entre o calendário de pagamentos e as obrigações de financiamento.

Há dois fatores importantes que precisam ser analisados para permitir que o risco de liquidez seja bem gerenciado e mitigado: casamento de ativos e passivos e monitoramento da liquidez da carteira de aplicações financeiras.

O fluxo de caixa da Seguradora é monitorado diariamente pelas áreas de riscos, *asset management* e tesouraria, o que permite que qualquer risco inerente de liquidez seja identificado e remediado imediatamente. Periodicamente, é feita a projeção do fluxo de caixa e apurado o índice de liquidez a partir de cenários de estresse e limites predefinidos, em conformidade com o apetite de risco.

#### 4.3.3.1 Exposição ao risco de liquidez

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

Os percentuais do total de ativos que devem ser aplicados por tipo de papel e por prazo de vencimento são decididos e aprovados semestralmente pelo Comitê Financeiro. Esses limites são estabelecidos com o intuito de alinhar os vencimentos dos ativos financeiros com o desenvolvimento médio dos passivos.

A Seguradora aplica em ativos corrigidos por inflação, pré-fixados e pós-fixados, visando à proteção pela diversificação do ativo e alinhamento com a correção do passivo (que pode ser indexado a índices variados).

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Os fluxos de caixa contratuais não descontados para ativos e passivos originados pelas operações de seguro estão assim apresentados:

Descrição	31/12/2022				Totais
	A vista ou sem vencimento definido	Em até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Acima de 3 anos	
Caixa e equivalente de caixa	327.962	-	-	-	327.962
Aplicações financeiras	662	1.068.514	1.371.006	1.228.543	3.668.725
Créditos das operações com seguros e resseguros	338.029	3.532.281	19.641	-	3.889.951
Ativos de resseguros - provisões técnicas (*)	-	2.114.047	194.902	389.921	2.698.870
Outros ativos	318.510	41.585	21.701	21.526	403.321
Ativos de direito de uso	-	22.679	49.078	58.850	130.607
Totais dos ativos financeiros	985.163	6.779.106	1.656.328	1.698.840	11.119.436
Provisões técnicas	-	6.385.037	525.685	1.154.629	8.065.351
Débitos das operações com seguros e resseguros	-	1.706.020	49.221	20.349	1.775.590
Contas a pagar e outros passivos	30.958	482.536	7.714	-	521.208
Passivos de arrendamento	-	19.882	42.159	80.837	142.878
Totais dos passivos	30.958	8.593.475	624.779	1.255.815	10.505.027

Descrição	31/12/2021				Totais
	A vista ou sem vencimento definido	Em até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Acima de 3 anos	
Caixa e equivalente de caixa	180.770	-	-	-	180.770
Aplicações financeiras	662	397.108	1.259.684	1.325.164	2.982.618
Créditos das operações com seguros e resseguros	340.643	2.624.015	16.253	25	2.981.206
Ativos de resseguros - provisões técnicas (*)	-	1.674.737	712.635	26.806	2.414.178
Outros ativos	280.352	34.637	13.830	-	328.819
Ativos de direito de uso	-	26.749	69.638	96.776	193.163
Totais dos ativos financeiros	802.427	4.730.497	2.002.672	1.351.995	8.887.591
Provisões técnicas	-	6.385.037	525.685	1.154.629	8.065.351
Débitos das operações com seguros e resseguros	-	1.071.771	61.446	20.769	1.153.986
Contas a pagar e outros passivos	9.527	384.242	10.006	923	404.698
Passivos de arrendamento	-	21.844	67.877	110.270	199.991
Totais dos passivos	9.527	6.580.694	1.632.832	121.701	8.344.754

(\*) Líquido de Custos de aquisição diferidos R\$ 181.255 (R\$ 201.799 em dezembro de 2021).

A Seguradora considera, para avaliação de seu capital circulante líquido, os ativos financeiros classificadas na categoria disponível para venda cujo vencimento é inferior a um ano, tendo em vista a liquidez imediata destes ativos.

#### 4.3.3.2 Fundos de investimento

Embora o resgate das quotas de fundos de investimento seja imediato para a Seguradora, é possível realizar a abertura conforme as classes de ativos e seus vencimentos com o intuito de medir a liquidez dos ativos em que os fundos aplicam. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

Descrição	31/12/2022				Totais
	Em até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos	
Cotas de fundos de investimentos	169.621	-	-	-	169.621
Totais	169.621	-	-	-	169.621

Descrição	31/12/2021				Totais
	Em até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos	
Cotas de fundos de investimentos	124.016	-	-	-	124.016
Totais	124.016	-	-	-	124.016

#### 4.4 Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, ineficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e de eventos externos, incluindo os riscos legais e de *compliance* e excluindo desse conceito os riscos estratégicos e reputacionais. A gestão de risco operacional acompanha os diversos cenários de exposição a riscos aos quais o Grupo Allianz está sujeito, refletindo o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que a Seguradora tem com os acionistas, colaboradores, órgãos reguladores e sociedade.

A Seguradora adota um processo interno de avaliação de riscos, identificação, implementação e adequação dos controles internos baseado na metodologia COSO (Committee of Sponsoring Organizations), com foco nos principais processos que afetam os reportes financeiros da Seguradora. A Seguradora possui um sistema global de monitoramento de seus riscos operacionais. A utilização de um sistema único permite um acompanhamento dos registros dos eventos e possibilita a criação e/ou adequação de seus controles internos visando evitar novas ocorrências similares.

Caso os riscos operacionais venham a se materializar e gerar perdas operacionais, a Seguradora também possui processos para a coleta das mesmas, que foi revisado para se adequar aos requisitos da Circular SUSEP nº 648/2021 relacionados à Base de Dados de Perdas Operacionais (BDPO). A implantação da BDPO no formato requerido pela SUSEP está finalizada e, atualmente, a Seguradora utiliza sistema próprio para o armazenamento de eventuais perdas operacionais que venham a ocorrer.

(\*) Exclui o montante de R\$ 26.494 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 20.032 em 31 de dezembro de 2021), referente a redução ao valor recuperável de prêmios a receber.

#### 4.3.1.2 Exposição ao risco com resseguradores

Visando segurança e solidez, a Seguradora prioriza firmar negócios com resseguradores que detêm elevado grau de crédito. Para fins de cálculo da exposição de risco de crédito, especificamente para as categorias de resseguradores admitida e eventual, o grau de risco é atribuído em função da classificação de risco emitida por agências de *rating* de escala global, equiparadas a Standard & Poor's (S&P). Para a categoria de resseguradores locais, esta é classificada como grau 1 de risco, de acordo com o estipulado na Resolução CNSP nº 432/2021. As operações de ressego, especialmente no que tange às parcelas de sinistros a recuperar, são gerenciadas pela Seguradora em conformidade com os padrões operacionais estabelecidos pelo regulador. Os sinistros a recuperar com resseguradores estão assim apresentados:

Classes de Resseguradoras	Admitida				Eventual		Totais	
	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	
	19.270	37.724	203.381	138.026	446.567	329.558	330.837	
	-	1.035	158	264	1.937	1.299	1.299	
Totais	19.270	38.759	203.539	138.290	448.504	330.837	330.837	

#### 4.5 Outros riscos

As outras três categorias primárias para a identificação, avaliação e mitigação de riscos são: risco reputacional, risco estratégico e risco de custos.

O risco reputacional é o risco de perda direta ou perda de negócios futuros causados por uma queda na reputação da Seguradora perante os seus *stakeholders* (acionistas, clientes, colaboradores, parceiros de negócios ou o público em geral). As normas e políticas do Grupo Allianz devem ser seguidas por todas as suas subsidiárias com o intuito de reduzir esse tipo de risco.

Existem processos e mecanismos que permitem o monitoramento e gestão dos riscos associados com a estratégia da Seguradora e os custos dessa estratégia, como o processo anual de revisão e aprimoramento do plano trienal de cada subsidiária do Grupo Allianz, que incluem considerações detalhadas acerca dos custos atuais e projetados, assim como níveis de solvência durante o período do plano.

#### 4.6 Gestão de capital

Os valores do capital mínimo requerido (CMR) e patrimônio líquido ajustado (PLA) são acompanhados mensalmente pelos membros do Comitê de Riscos, juntamente com a observância do cumprimento das políticas internas de subscrição, visando um crescimento lucrativo da Seguradora. Se algum indicador financeiro ou econômico mostrar qualquer desalinhamento com os objetivos e limites impostos pelo Grupo Allianz e os agentes regulatórios, existem mecanismos e processos que podem ser postos em prática para preservar a saúde financeira e econômica da Seguradora. Estes processos envolvem formulação de planos estratégicos específicos de remediação de possíveis deficiências econômico-financeiras e podem incluir, em última instância, aporte de capital do Grupo Allianz para permitir o crescimento sustentável da Seguradora.

#### 4.6.1 Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido

Conforme Resolução CNSP 432, de 12 de novembro de 2021, e atualizações posteriores, o cálculo do PLA deverá ser igual ou superior ao CMR. Em 31 de dezembro de 2022, a Seguradora apresentou os seguintes resultados de PLA e CMR:

Títulos	Nível hierárquico	Em até 1 ano ou indeterminado	31/12/2022					
			Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil	Valor justo		
Disponíveis para venda - títulos de renda fixa		1.068.514	1.613.246	986.303	3.668.063	3.668.063	3.928.807	
Fundos	Nível 2	169.621	-	-	169.621	5%	169.621	169.621
Time deposit	Nível 2	5.570	-	-	5.570	-	5.570	5.570
NTN-B	Nível 1	414.842	855.613	670.100	1.940.555	53%	1.940.555	2.058.972
NTN-F	Nível 1	125.791	303.391	316.203	745.385	20%	745.385	868.925
LFT	Nível 1	145.045	280.120	-	425.165	12%	425.165	425.032
LTN	Nível 1	207.645	174.122	-	381.767	10%	381.767	400.687
Outras aplicações	Nível 2	662	-	-	662	-	662	662
Totais		1.069.176	1.613.246	986.303	3.668.725	100%	3.668.725	3.929.469

Títulos	Nível hierárquico	Em até 1 ano ou indeterminado	31/12/2021					
			Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil	Valor justo		
Disponíveis para venda - títulos de renda fixa		397.108	1.846.356	738.492	2.981.956	100%	2.981.956	3.084.881
Debênture	Nível 2	124.016	-	-	124.016	4%	124.016	124.016
NTN-B	Nível 1	130.807	906.005	451.265	1.488.077	50%	1.488.077	1.511.493
NTN-F	Nível 1	-	278.786	241.559	520.345	17%	520.345	567.401
LFT	Nível 1	-	313.522	45.668	359.190	12%	359.190	359.194
LTN	Nível 1	142.285	348.043	-	490.328	16%	490.328	522.777
Outras aplicações	Nível 2	662	-	-	662	-	662	662
Totais		397.770	1.846.356	738.492	2.982.618	100%	2.982.618	3.085.543

O item "Outras aplicações" contempla o montante de R\$ 662 referente a depósitos no IRB registrados no ativo circulante.

#### 5.2 Movimentação das aplicações financeiras

Categoria	Saldo em 31/12/2021	Incorporação AZBR	Resultado financeiro		Saldo em 31/12/2022
			Aquisição	Alienação	
Disponíveis para venda	2.981.956	512.012	3.398.846	(3.403.661)	3.668.063
Outras aplicações	662	-	662	-	662
Totais	2.982.618	512.012	3.399.846	(3.403.661)	3.668.725

Categoria	Saldo em 31/12/2020	Aquisição	Alienação	Resultado financeiro	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31/12/2021
Outras aplicações	662	-	-	-	-	662
Equivalente de caixa-Títulos de renda fixa -CDB	21.544	55.000	(76.819)	275	-	275
Totais	2.638.339	3.768.375	(3.371.676)	244.497	(296.917)	2.982.618

# ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.573.796/0001-66

www.allianz.com.br



Os contratos de arrendamento da Allianz Seguros S.A. foram renuncados, no exercício de 2022, de acordo com:  
 - Atualização anual do valor pago para arrendamento dos imóveis (atualização conforme cláusulas contratuais - IPCA e/ou IGP-M);  
 - Renegociação dos contratos - com ajuste no valor pago e prazo de vigência contratual.

## 9. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Os custos de aquisição diferidos são compostos por montantes referentes às comissões de corretagem, relativos à comercialização de seguros e representam as parcelas a decorrer.  
 Estes montantes são diferidos ao longo do prazo de vigência das apólices e apropriados ao resultado do período.  
 Todos os demais custos de comercialização são reconhecidos como despesas, quando incorridos.  
 A composição dos custos de aquisição diferidos, registradas no ativo circulante e não circulante, está assim apresentada:

Ramos agrupados	31/12/2022	31/12/2021
Automóvel.....	546.110	490.105
Patrimonial.....	81.435	79.117
Transporte.....	14.769	12.962
Pessoas.....	16.292	17.934
Rural.....	14.187	15.027
Responsabilidades.....	11.551	12.371
Demais.....	5.152	4.695
<b>Totais</b> .....	<b>689.496</b>	<b>632.211</b>

### 9.1 A movimentação dos custos de aquisição diferidos está assim apresentada:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício.....	632.211	306.385
Incorporação AZBR.....	1.118	-
Comissões.....	1.335.177	1.224.332
Recuperação de comissões.....	(1.781)	(5.776)
Outras despesas de comercialização.....	80.035	111.927
Custos de aquisição apropriados.....	(1.357.264)	(1.004.657)
<b>Saldo no final do exercício</b> .....	<b>689.496</b>	<b>632.211</b>

## 10. INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

### 10.1 Investimentos

A Seguradora participa no capital social da controlada Allianz Saúde S.A., seguradora especializada no ramo de saúde. A movimentação do investimento equivalente e o resultado de equivalência patrimonial estão assim apresentados:

	Allianz Saúde S.A.	Allianz Seguradora S.A.	TOTAL
Dados em 31 de dezembro de 2022 da controladas			
Capital social.....	292.837	-	-
Quantidade de ações possuídas - ON.....	174.957.422	-	-
Percentual de participação.....	99,999%	-	-
Total de ativos.....	347.410	-	-
Total de passivos.....	191.553	-	-
Patrimônio líquido.....	155.857	-	-

### 10.2 Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado e dos imóveis destinados à renda está assim apresentada:

Descrição	31/12/2021		31/12/2022	
	Saldo residual	Incorporação AZBR	Saldo residual	Depreciação acumulada
Terras e edificações.....	5.075	-	(52)	5.023
Beneficentários em imóveis de terceiros.....	17.350	436	(2.987)	14.799
Equipamentos, móveis, máquinas e utensílios.....	6.060	82	(1.556)	4.586
Computadores e periféricos.....	24.286	454	(6.398)	24.799
Outras imobilizações.....	7.731	217	(2.520)	9.941
<b>Totais</b> .....	<b>60.502</b>	<b>1.189</b>	<b>(13.513)</b>	<b>59.149</b>

Descrição	31/12/2020		31/12/2021	
	Saldo residual	Aquisições	Saldo residual	Depreciação acumulada
Terras e edificações.....	5.132	212	(57)	5.075
Beneficentários em imóveis de terceiros.....	18.476	7.177	(5.565)	(2.738)
Equipamentos, móveis, máquinas e utensílios.....	10.650	5.455	(8.007)	6.060
Computadores e periféricos.....	21.870	10.028	(2.810)	(4.802)
Outras imobilizações.....	6.982	3.517	(869)	(1.899)
<b>Totais</b> .....	<b>63.110</b>	<b>26.389</b>	<b>(17.463)</b>	<b>60.502</b>

### 10.3 Intangível

O Intangível é composto pelos gastos com desenvolvimento de software interno com vida útil definida e a sua movimentação está assim apresentada:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício.....	12.157	18.170
Incorporação AZBR.....	158	-
Amortizações.....	(6.236)	(6.013)
<b>Saldo no final do exercício</b> .....	<b>6.079</b>	<b>12.157</b>
Custo.....	59.834	59.676
Amortização.....	(53.755)	(47.519)
Taxa de amortização anual linear.....	10%	10%

## 11. OBRIGAÇÕES A PAGAR

As obrigações a pagar, registradas no passivo circulante e não circulante, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2022					Totais
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Mais de 365 ou sem vencimento	definido	
Prestação de serviços terceiros	28.695	10.285	-	-	-	38.980
Contrato de aluguel	904	-	-	-	-	904
Obrigações com funcionários	177	39.994	21.213	-	1.760	63.144
Débitos de operações bancárias	-	-	-	-	9.527	9.527
Campanha de incentivo a corretores	-	15.346	-	-	-	15.346
Programa de incentivo baseado em ações	26.731	30.496	-	-	-	57.227
Fornecedores	9.947	4	-	-	-	9.951
Impostos e encargos sociais a recolher	98.130	130.256	35.602	-	1.705	265.693
Outras obrigações a pagar	-	2.545	-	-	66	2.611
<b>Totais</b>	<b>199.228</b>	<b>220.591</b>	<b>62.717</b>	<b>-</b>	<b>38.672</b>	<b>521.208</b>

Descrição	31/12/2021					Totais
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Mais de 365 ou sem vencimento	definido	
Prestação de serviços terceiros	28.695	10.285	-	-	-	38.980
Contrato de aluguel	904	-	-	-	-	904
Obrigações com funcionários	177	39.994	21.213	-	1.760	63.144
Débitos de operações bancárias	-	-	-	-	9.527	9.527
Campanha de incentivo a corretores	-	15.346	-	-	-	15.346
Programa de incentivo baseado em ações	26.731	30.496	-	-	-	57.227
Fornecedores	9.947	4	-	-	-	9.951
Impostos e encargos sociais a recolher	74.538	93.418	27.630	-	1.122	196.708
Outras obrigações a pagar	563	1.392	-	-	66	2.021
<b>Totais</b>	<b>131.608</b>	<b>193.151</b>	<b>48.843</b>	<b>-</b>	<b>20.456</b>	<b>394.058</b>

As "Obrigações com funcionários" incorrem principalmente sobre participações nos resultados. Os itens que se encontram em fase de conciliação e são diretamente atribuíveis a créditos financeiros pendentes estão classificados em "Débitos de operações bancárias".  
 As transações referentes a "Prestação de Serviços - Partes relacionadas" são inerentes às obrigações futuras de curto prazo de serviços administrativos e de assistência a seguros (nota 20.1).  
 As obrigações oriundas do programa de incentivos baseado em ações aos membros da Administração estão detalhadas na nota 20.2.1.

### 11.2 Passivos de arrendamento

Os passivos de arrendamento consolidados foram registrados de acordo com o CPC 06 (R2) e sua adoção inicial está descrita na nota 3.13.

#### 11.2.1 Movimentação dos passivos de arrendamento:

	31/12/2021	31/12/2022
Saldo em 1º de janeiro de 2021.....	191.862	-
Remuneração.....	32.797	-
Pagamentos de arrendamentos.....	(29.017)	-
Despesas de juros.....	4.349	-
<b>Saldo em 31/12/2021.....</b>	<b>199.991</b>	-
Circulante.....	21.844	-
Não Circulante.....	178.147	-
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2022.....</b>	<b>199.991</b>	-
Remuneração.....	(39.167)	-
Pagamentos de arrendamentos.....	(36.276)	-
Despesas de juros.....	8.330	-
<b>Saldo em 31/12/2022.....</b>	<b>142.878</b>	-
Circulante.....	19.882	-
Não Circulante.....	122.996	-

Os contratos de arrendamento, de acordo com os critérios definidos no CPC 06 (R2), são renuncados quando da alteração contratual.

Os contratos de arrendamento da Allianz Seguros S.A. foram renuncados de acordo com:  
 - Atualização anual do valor pago para arrendamento dos imóveis (atualização conforme cláusulas contratuais - IPCA e/ou IGP-M);  
 - Renegociação do contrato Matriz São Paulo - com ajuste no valor pago e prazo de vigência contratual.  
 - Atualização da taxa de desconto, de acordo com índices do mercado.

### 11.2.2 Pagamentos mínimos futuros

As obrigações financeiras são compostas como segue:

Vencimentos	Pagamento mínimo futuro	Despesa financeira	Valor presente
Até 1 ano.....	26.849	6.967	19.882
Entre 1 e 5 anos.....	98.588	22.696	75.892
Acima de 5 anos.....	50.193	3.089	47.104
<b>Totais</b> .....	<b>175.630</b>	<b>32.752</b>	<b>142.878</b>

## 12. DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

As operações com seguradoras contemplam substancialmente os prêmios cedidos às congêneres. As operações com corretores de seguros e resseguros consideram comissões a pagar aos corretores por ocasião dos prêmios de seguros emitidos.

Operações	31/12/2022	31/12/2021
Seguradoras.....	3.374	6.846
Corretores de seguros.....	205.819	181.568
Outras operações.....	145.900	43.604
<b>Totais</b> .....	<b>355.093</b>	<b>232.018</b>

As operações com resseguradoras contemplam os registros dos prêmios emitidos de resseguros cedidos, líquidos de suas respectivas comissões, os adiantamentos de sinistros recebidos e outros débitos decorrentes das operações com resseguros cedidos e estão assim demonstrados:

Operações	Resseguradoras			
	Local	Admitida	Eventual	Totais
Prêmios emitidos.....	348.137	337.887	131.566	78.517
Adiantamentos e outros débitos	108.365	62.675	109.973	53.237
(-) Ajuste ao valor de recuperável.....	(6.342)	(4.988)	-	-
<b>Totais</b> .....	<b>450.160</b>	<b>395.574</b>	<b>241.539</b>	<b>131.754</b>

	Allianz Saúde S.A.	Allianz Seguradora S.A.	TOTAL
Prejuízo / Lucro líquido do semestre.....	(70.855)	-	-
Saldo de investimentos em 1º de janeiro de 2021.....	185.470	1.215.683	1.401.153
Redução de capital em investimentos.....	-	(1.010.000)	(1.010.000)
Ajustes de avaliação patrimonial.....	(1.893)	(62.562)	(64.455)
Resultado de equivalência patrimonial.....	(67.174)	117.297	50.123
<b>Saldo de investimentos em 1º de janeiro de 2022.....</b>	<b>116.403</b>	<b>260.418</b>	<b>376.821</b>
Aumento de capital social.....	110.000	-	110.000
Ajustes de avaliação patrimonial.....	306	59.071	59.377
Resultado de equivalência patrimonial.....	(70.853)	27.763	(43.090)
Redução dos investimentos devido à incorporação.....	-	(347.252)	(347.252)
<b>Saldo de investimentos em 31 de dezembro 2022.....</b>	<b>155.856</b>	<b>-</b>	<b>155.856</b>

Devido à incorporação que ocorreu em abril/2022 da Allianz Brasil Seguradora S.A pela Allianz Seguros S.A., o seu saldo de investimento foi reduzido a zero e incorporado no patrimônio líquido da Allianz Seguros S.A.

### 10.1.1 Ajuste de Mais Valia e Ágio por expectativa de rentabilidade futura-combinação de negócios

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Amortização 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022	Prazo amortização mês
Canais de distribuição.....	545.853	(49.623)	496.230	150
Acordo de não competição.....	13.949	(3.985)	9.964	60
Ágio por expectativa de rentabilidade futura.....	1.604.556	-	1.604.556	-
<b>Totais</b> .....	<b>2.164.358</b>	<b>(53.608)</b>	<b>2.110.750</b>	-

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Amortização 31/12/2021	Saldo em 31/12/2021	Prazo amortização mês
Valor do negócio adquirido-VOBA.....	18.821	(18.821)	-	18
Canais de distribuição.....	595.475	(49.623)	545.853	150
Acordo de não competição.....	17.935	(3.986)	13.949	60
Ágio por expectativa de rentabilidade futura.....	1.604.556	-	1.604.556	-
<b>Totais</b> .....	<b>2.236.787</b>	<b>(72.429)</b>	<b>2.164.358</b>	-

Em 31 de dezembro de 2022, a recuperação do valor contábil do ágio foi avaliada com base no seu valor em uso, utilizando-se o método do fluxo de dividendos descontados.

O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Seguradora, aprovada pela Administração. A metodologia consiste em projetar os resultados da empresa utilizando um horizonte de acordo com o plano de negócios e descontá-los a valor presente por uma taxa de desconto do custo de capital esperado para os próximos anos, com base em orçamentos financeiros.

Segundo as instruções do CPC 01 (R1), a Unidade Geradora de Caixa (UGC) definida levou em consideração o menor conjunto de Ativos e Passivos em que a Seguradora desenvolve seu planejamento e controla seus resultados, ou seja, as operações de Auto + Massificados.

A administração baseou as premissas de projeção no Plano de Negócio aprovado pela Administração até 2025 e após este período em informações de mercado disponibilizadas pela SUSEP. A sensibilidade das premissas de projeção de longo prazo foram testadas e os resultados de cada cenário foram avaliados pela Administração.

Com base nas análises acima e nos cenários avaliados, o teste de recuperação do ativo não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável ("impairment").

Em 31 de dezembro de 2022, a recuperação do valor contábil do ágio foi avaliada com base no seu valor em uso, utilizando-se o método do fluxo de dividendos descontados.

O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Seguradora, aprovada pela Administração. A metodologia consiste em projetar os resultados da empresa utilizando um horizonte de acordo com o plano de negócios e descontá-los a valor presente por uma taxa de desconto do custo de capital esperado para os próximos anos, com base em orçamentos financeiros.

Segundo as instruções do CPC 01 (R1), a Unidade Geradora de Caixa (UGC) definida levou em consideração o menor conjunto de Ativos e Passivos em que a Seguradora desenvolve seu planejamento e controla seus resultados, ou seja, as operações de Auto + Massificados.

A administração baseou as premissas de projeção no Plano de Negócio aprovado pela Administração até 2025 e após este período em informações de mercado disponibilizadas pela SUSEP. A sensibilidade das premissas de projeção de longo prazo foram testadas e os resultados de cada cenário foram avaliados pela Administração.

Com base nas análises acima e nos cenários avaliados, o teste de recuperação do ativo não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável ("impairment").

Em 31 de dezembro de 2022, a recuperação do valor contábil do ágio foi avaliada com base no seu valor em uso, utilizando-se o método do fluxo de dividendos descontados.

O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Seguradora, aprovada pela Administração. A metodologia consiste em projetar os resultados da empresa utilizando um horizonte de acordo com o plano de negócios e descontá-los a valor presente por uma taxa de desconto do custo de capital esperado para os próximos anos, com base em orçamentos financeiros.

Segundo as instruções do CPC 01 (R1), a Unidade Geradora de Caixa (UGC) definida levou em consideração o menor conjunto de Ativos e Passivos em que a Seguradora desenvolve seu planejamento e controla seus resultados, ou seja, as operações de Auto + Massificados.

A administração baseou as premissas de projeção no Plano de Negócio aprovado pela Administração até 2025 e após este período em informações de mercado disponibilizadas pela SUSEP. A sensibilidade das premissas de projeção de longo prazo foram testadas e os resultados de cada cenário foram avaliados pela Administração.

Com base nas análises acima e nos cenários avaliados, o teste de recuperação do ativo não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável ("impairment").

Em 31 de dezembro de 2022, a recuperação do valor contábil do ágio foi avaliada com base no seu valor em uso, utilizando-se o método do fluxo de dividendos descontados.

O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Seguradora, aprovada pela Administração. A metodologia consiste em projetar os resultados da empresa utilizando um horizonte de acordo com o plano de negócios e descontá-los a valor presente por uma taxa de desconto do custo de capital esperado para os próximos anos, com base em orçamentos financeiros.

Segundo as instruções do CPC 01 (R1), a Unidade Geradora de Caixa (UGC) definida levou em consideração o menor conjunto de Ativos e Passivos em que a Seguradora desenvolve seu planejamento e controla seus resultados, ou seja, as operações de Auto + Massificados.

A administração baseou as premissas de projeção no Plano de Negócio aprovado pela Administração até 2025 e após este período em informações de mercado disponibilizadas pela SUSEP. A sensibilidade das premissas de projeção de longo prazo foram testadas e os resultados de cada cenário foram avaliados pela Administração.

Com base nas análises acima e nos cenários avaliados, o teste de recuperação do ativo não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável ("impairment").

Em 31 de dezembro de 2022, a recuperação do valor contábil do ágio foi avaliada com base no seu valor em uso, utilizando-se o método do fluxo de dividendos descontados.

O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Seguradora, aprovada pela Administração. A metodologia consiste em projetar os resultados da empresa utilizando um horizonte de acordo com o plano de negócios e descontá-los a valor presente por uma taxa de desconto do custo de capital esperado para os próximos anos, com base em orçamentos financeiros.

Segundo as instruções do CPC 01 (R1), a Unidade Geradora de Caixa (UGC) definida levou em consideração o menor conjunto de Ativos e Passivos em que a Seg

## ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.573.796/0001-66

www.allianz.com.br



Os depósitos e as provisões para ações judiciais reconhecidas nas demonstrações financeiras encontram-se em consonância às determinações legais vigentes e consideram os montantes prováveis de desembolso. As ações judiciais cujas probabilidades de perda são classificadas como possível estão informadas nas respectivas notas explicativas e aquelas ações cujas probabilidades de perda foram classificadas como remota não estão apresentadas nas demonstrações financeiras. As principais ações em curso estão descritas abaixo:

### 15.1 INSS

#### 15.1.1 Contribuição social e adicional sobre repasses de comissões pagas a corretores e honorários médicos (Processo nº 2001.61.00.004752-6)

Por meio dessa ação é questionada a obrigação tributária instituída pela Lei nº 9.876/1999 e art. 22, I, da Lei nº 8.212/1991, que determinam o recolhimento de contribuição social e seu adicional sobre os repasses de comissões pagas a corretores de seguros e honorários médicos decorrentes de indenizações de seguro-saúde comercializadas pela Seguradora. A ação foi julgada improcedente, sendo interposto recurso de apelação, ao qual foi dado parcial provimento, para declarar a inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue a Autora a recolher contribuição social (art. 22, inciso III e § 1º da Lei nº 8.212/1991, com redação dada pela Lei nº 9.876/1999) incidente sobre os valores relativos ao pagamento dos médicos do seguro-saúde. Desta decisão, a União Federal interpôs Agravo Retorno, ao qual foi negado provimento, decisão essa que transitou em julgado.

Recebidos os autos pelo juízo de origem, a União Federal informou que encaminhou cópia dos autos à DEINF-SP (e-processo 16327.720.556/2019-91), para que ela se manifeste sobre o destino dos depósitos judiciais efetuados nos autos. Por conseguinte, a Seguradora informou que aguarda o relatório da Receita Federal do Brasil (DEINF-SP), referente aos depósitos judiciais efetuados nos autos, para a conferência total dos valores, para posteriormente apresentar manifestação no sentido da liquidação do juízo. O montante provisionado é de R\$ 121.455 (R\$ 127.620 em 31 de dezembro de 2021) e depósitos judiciais no montante de R\$ 121.455 (R\$ 127.620 em 31 de dezembro de 2021).

Em abril de 2022 foi reconhecida a liquidação do montante de R\$ 12.242 convertido em favor da União em razão do trânsito em julgado de um dos processos que compõem este passivo.

### 15.2 PIS

#### Lei nº 9.718/1998 (Processo nº 1999.61.00.058875-9)

Trata-se de mandado de segurança impetrado visando o reconhecimento da inconstitucionalidade do artigo 3º da Lei nº 9.718/1998, que estabelece a incidência de PIS sobre as receitas da Seguradora. O pedido foi julgado procedente em primeira instância, para determinar o recolhimento do PIS na forma estabelecida pela Lei complementar nº 7/1970. A decisão foi reformada pelo Tribunal. A Seguradora interpôs Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF) e obteve decisão procedente, afastando a aplicação do art. 3º, §1º da Lei nº 9.718/1998. No decorrer do processo, a Seguradora efetuou o depósito judicial dos valores de PIS apurado com base na totalidade de suas receitas. Com o trânsito em julgado da decisão do STF, a Seguradora requereu a conversão em renda à União dos valores depositados relativos ao PIS apurado sobre faturamento, bem como o levantamento dos valores relativos às demais receitas. Foi determinada a realização de perícia contábil pelo juízo para apuração do valor a ser levantado pela União. O processo aguarda definição acerca do montante depositado devido a cada uma das partes.

#### PIS- Emenda Constitucional 171/1997 e Medida Provisória 1.537-45/1997 (Processo nº 97.0057213-7)

Essa ação discute a inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 1.537-45/1997, que determina o recolhimento de PIS com base na receita bruta operacional. O pedido foi julgado parcialmente procedente e a Seguradora interpôs Recurso de Apelação, que foi parcialmente acolhido, mediante a realização de depósitos judiciais dos valores não recolhidos. Na sequência, a Autora interpôs Recurso Extraordinário e Recurso Especial e a União Federal Recurso Extraordinário. Foi proferida Decisão da Vice-Presidência sustentando o processo até o julgamento do Recurso Extraordinário nº 578.846, que versa sobre a mesma matéria.

O montante provisionado para as duas teses é R\$ 139.964 (R\$ 135.652 em 31 de dezembro de 2021) e depósitos judiciais para as duas teses no montante de R\$ 149.127 (R\$ 142.427 em 31 de dezembro de 2021).

#### 15.3 Ação Ordinária - PERDCOMPS (Processo nº 2009.61.00.026009-9)

A Seguradora ingressou com ação declaratória em face da União visando anular decisões proferidas pela Receita que não admitiram o processamento de duas PERDCOMPS retificadoras de débitos de Imposto de Renda e COFINS. A ação foi julgada procedente, razão pela qual a União interpôs recurso de apelação, o qual foi acolhido. Em 2020, face ao veredito a favor da Seguradora, o montante provisionado foi revertido para resultado R\$ 1.921. Em 23/08/2022, foi proferida sentença extinguindo o processo com julgamento do mérito. Os autos foram arquivados em 20/09/2022.

### 15.4 PIS e COFINS

#### 15.4.1 (Processo 16327.720734/2012-16)

Trata-se de processo administrativo formalizado em razão de despacho decisório proferido pela SFRFB não homologando compensação realizada pela Seguradora a título da COFINS, referente competência de set/2003, com saldo negativo do IRPJ relativo ao ano-calendário 1999. Em face de tal decisão, a Allianz Seguros interpôs manifestação de inconformidade, a qual foi julgada parcialmente procedente. Em fevereiro de 2020, foi interposto recurso voluntário, o qual aguarda julgamento perante o CARF. O montante provisionado é de R\$ 1.319 (R\$ 1.268 em 31 de dezembro de 2021).

#### 15.4.2 (Processo 16327.904728/2019-88)

Trata-se de processo administrativo formalizado em razão de despacho decisório proferido pela SFRFB não homologando compensação de PIS e COFINS. Em jan/15 foram compensados valores gerados por pagamentos de COFINS a maior, relativos às competências ago/2014 e set/2011, pagamentos de PIS a maior relativo às competências set/2014 e out/2014. Em face de tal decisão, a Seguradora interpôs manifestação de inconformidade, a qual aguarda julgamento. O montante provisionado é de R\$ 1.538 (R\$ 1.538 em 31 de dezembro de 2021).

#### 15.4.3 (Processo 16327.904727/2019-33)

Trata-se de processo administrativo formalizado em razão de despacho decisório proferido pela SFRFB não homologando compensação realizada pela Seguradora a título de PIS e COFINS. Em jan/15 foram compensados valores gerados por pagamento de PIS a maior durante competência ago/2014. Em face de tal decisão foi interposto manifestação de inconformidade, a qual aguarda julgamento. O montante provisionado é de R\$ 249 (R\$ 249 em 31 de dezembro de 2021).

#### 15.5 IRPJ (Processo 16327.900791/2010-15)

Trata-se de processo administrativo formalizado em razão de despacho decisório proferido pela SFRFB não homologando compensação realizada pela Seguradora a título do IRPJ, referente competências jan/2005 e jun/2005, com saldo negativo de IRPJ relativo ao ano-calendário 2004. Em face de tal decisão, foi interposto manifestação de inconformidade, a qual aguarda julgamento. O montante provisionado é de R\$ 363 (R\$ 349 em 31 de dezembro de 2021).

### 15.6 Ações trabalhistas

Reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores que pretendem receber verbas oriundas do extinto contrato de trabalho. Há também ações trabalhistas movidas por prestadores de serviços que pedem o reconhecimento de vínculo empregatício diretamente com a Seguradora ou sua responsabilidade subsidiária pelo pagamento de verbas trabalhistas que entendem devidas pela empresa prestadora de serviços terceirizados. Existem depósitos judiciais efetuados para garantia e discussão até decisão final.

O montante provisionado é de R\$ 3.946 (R\$ 3.533 em 31 de dezembro de 2021) e depósitos judiciais no montante de R\$ 2.448 (R\$ 1.917 em 31 de dezembro de 2021). O valor da causa cuja probabilidade de perda é considerada possível totalizou R\$ 8.723 (R\$ 12.275 em 31 de dezembro de 2021).

### 15.7 Ações cíveis

#### 15.7.1 Ações cíveis - não relacionadas ao produto seguros

Trata-se de ações em trâmite perante varas cíveis, cujos pedidos não estão relacionados ao produto seguro e versam sobre matérias diversas (revisionais, usucapião, adjudicação compulsória, controle de licença da marca registrada, entre outros). A provisão está pautada no valor do pedido ou da condenação. O montante provisionado é de R\$ 106 (R\$ 741 em 31 de dezembro de 2021). O valor da causa cuja probabilidade de perda é considerada possível totalizou R\$ 685 (R\$ 838 em 31 de dezembro de 2021).

#### 15.7.2 Ações cíveis - não relacionadas a sinistros

Ações judiciais ajuizadas por segurados e não segurados para cobrança de indenizações oriundas de reclamações diversas relativas ao contrato de seguro. São constituídas provisões suficientes para o pagamento de eventuais condenações e das despesas de acordo com metodologia específica de previsão do montante a ser pago conforme Nota Técnica Atuarial.

As contingências, bem como suas despesas, são provisionadas de acordo com os valores prováveis de perda. O montante provisionado é de R\$ 34.347 (R\$ 18.928 em 31 de dezembro de 2021) e depósitos judiciais no montante de R\$ 7.208 (R\$ 5.408 em 31 de dezembro de 2021).

### 15.8 Sinistros judiciais

Ações judiciais movidas por segurados ou seus beneficiários em decorrência da recusa de pagamento de indenizações ou divergências em relação ao valor da indenização reclamada. São constituídas provisões suficientes para o pagamento das eventuais indenizações e das despesas de acordo com metodologia específica de previsão do montante a ser pago conforme Nota Técnica Atuarial. O montante está classificado na rubrica "Provisão de sinistros a liquidar" e, para garantia da liquidação das ações, em certas ocasiões é requerido que os valores envolvidos sejam depositados judicialmente.

O quadro abaixo demonstra o total dos pagamentos relativos a ações judiciais relacionadas a sinistros.

	31/12/2022	31/12/2021
Total de ações judiciais pagas no exercício e que se encontravam provisionadas.....	134.037	73.573
Total provisionado de ações judiciais pagas no exercício .....	245.476	204.647
Processos encerrados sem pagamento no exercício, para os quais haviam provisão constituída.....	3.073	5.296
Total de ações judiciais pagas no exercício e não provisionadas no exercício anterior .....	64.381	9.082

### 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**16.1 Capital Social** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 16.322.469.387 (6.298.129.345 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

No exercício de 2022 a Seguradora teve dois aumentos de capital, totalizando R\$ 800 milhões: Na AGE de 17 de maio de 2022 foi aprovado pela Administração da Seguradora o aumento de capital no montante de R\$ 500.000.000. A aprovação pela SUSEP ocorreu pela Portaria CGRAJ/SUSEP nº 945 de 9 de setembro de 2022.

Na AGE de 29 de julho de 2022 foi aprovado pela Administração da Seguradora o aumento de capital no montante de R\$ 300.000.000,00. A aprovação pela SUSEP ocorreu pela Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1224 de 21 de dezembro de 2022.

**16.2 Reserva legal** - Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, na forma prevista na legislação societária brasileira, facultado a 20% do capital social e podendo ser utilizado para compensação de prejuízos ou aumento de capital social.

**16.3 Reserva estatutária de retenção de lucros** - Definida em Estatuto esta reserva é constituída através da parcela retida do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as deduções legais e a constituição da reserva legal e tem como objetivo a preservação e manutenção do capital aplicado nos negócios da Seguradora ou para a distribuição de dividendos extraordinários.

**16.4 Reservas de reavaliação** - Constituída sobre reavaliações de bens do ativo imobilizado, anteriores a 1º de janeiro de 2008, cuja realização se dá por depreciação ou baixa dos referidos bens.

**16.5 Ajustes de avaliação patrimonial** - Resultado do valor da avaliação dos instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários. Em 31 de dezembro de 2022 o montante registrado nessa rubrica é de (R\$ 157.955) (R\$ 122.641 em 31 de dezembro de 2021).

**16.6 Dividendos** - Aos acionistas fica assegurado, pelo estatuto social da Seguradora, a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei.

### 17. PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO

#### 17.1 Prêmios ganhos e indicadores de sinistralidade e comissionamento

Ramos agrupados	Prêmios ganhos		Índice de sinistralidade (%)		Índice de comissionamento (%)	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Automóvel.....	5.670.963	3.399.363	82%	78%	18%	21%
Patrimonial.....	737.887	577.878	62%	49%	19%	18%
Transporte.....	405.075	363.387	56%	53%	19%	20%
Pessoas.....	310.020	342.722	83%	90%	12%	13%
Rural.....	230.923	224.612	154%	113%	14%	16%
Responsabilidades.....	115.075	108.232	14%	64%	18%	17%
Demais.....	67.746	49.193	98%	79%	5%	9%
<b>Totais</b> .....	<b>7.537.689</b>	<b>5.065.387</b>	<b>80%</b>	<b>75%</b>	<b>18%</b>	<b>20%</b>

Ramos agrupados	Prêmios ganhos		Índice de sinistralidade (%)		Índice de comissionamento (%)	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Automóvel.....	4.290.130	2.882.897	81%	75%	17%	20%
Patrimonial.....	486.856	358.723	76%	65%	25%	26%
Transporte.....	229.530	217.465	57%	46%	28%	30%
Pessoas.....	227.683	322.518	96%	95%	1%	12%
Rural.....	114.831	123.513	87%	108%	3%	4%
Responsabilidades.....	63.052	57.900	60%	58%	23%	24%
Demais.....	17.054	14.497	43%	17%	2%	2%
<b>Totais</b> .....	<b>5.429.136</b>	<b>3.977.513</b>	<b>80%</b>	<b>75%</b>	<b>17%</b>	<b>20%</b>

### 18. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	31/12/2022	31/12/2021
<b>18.1 Prêmios emitidos líquidos</b>	<b>8.322.712</b>	<b>6.879.663</b>
Prêmios diretos	8.266.189	6.648.804
Prêmios de cossegueros aceitos	159.899	155.711
Prêmios de cossegueros cedidos	(19.449)	(35.459)
Prêmios - riscos vigentes e não emitidos	(83.927)	110.607
<b>18.2 Sinistros ocorridos</b>	<b>(6.014.533)</b>	<b>(3.802.498)</b>
Sinistros - Diretos e cossegueros aceitos	(6.154.878)	(4.026.941)
Recuperação de sinistros de cossegueros cedidos	7.084	17.612
Salvados e ressarcimentos	728.021	580.308
Variação da provisão de IBNR	(19.207)	(29.704)
Serviços de assistência	(575.553)	(343.773)
<b>18.3 Custo de aquisição</b>	<b>(1.356.146)</b>	<b>(1.004.655)</b>
Comissões	(1.341.489)	(1.217.337)
Comissões - riscos vigentes e não emitidos	6.312	(6.993)
Despesa com inspeção de risco	(9.331)	(9.297)
Outras despesas de comercialização	(70.704)	(102.630)
Recuperação de comissões	1.781	5.776
Variação das despesas de comercialização diferidas	57.285	325.826
<b>18.4 Resultados com resseguro</b>	<b>73.389</b>	<b>(29.302)</b>
Prêmios	(2.364.455)	(1.668.631)
Comissões sobre os prêmios	365.169	396.705
Prêmios - riscos vigentes e não emitidos	72.706	(97.106)
Comissões sobre prêmios - riscos vigentes e não emitidos	(5.462)	(9.750)
Salvados e ressarcimentos	(254.338)	(140.582)
Variação da provisão de IBNR	(6.381)	21.443
Variação das provisões técnicas	336.683	496.383
Outros resultados de operações com resseguro	(2.267)	40
<b>18.5 Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>(181.890)</b>	<b>(93.425)</b>
Consultas e prevenção de riscos	(48.759)	(43.833)
Cobrança, apólices e contratos	(38.520)	(33.055)
Ações judiciais INSS	(4.549)	(5.189)
(Constituição)/Reversão ao valor recuperável-prêmios	(25.451)	(7.731)
Ações judiciais cíveis	(17.234)	(2.823)
Constituição ao valor recuperável-bens à venda	(43.367)	(1.667)
Reversão ao valor recuperável-resseguros e cossegueros cedido	1.024	4.683
Apuração do ciclo do seguro rural - FERS	(382)	-
Resultados operacionais de seguros	-	208
Outras receitas	(4.652)	53
<b>18.6 Despesas administrativas</b>	<b>(826.417)</b>	<b>(799.401)</b>
Pessoal	(385.602)	(412.092)
Localização e funcionamento	(208.107)	(224.633)
Publicidade e propaganda	(136.929)	(71.882)
Despesas de direção de uso arrendamento	(76.693)	(95.750)
Compartilhamento de despesas - empresas ligadas	(23.949)	(29.544)
Outras	8.419	10.779
Outras despesas	(4.256)	(2.299)
<b>18.7 Despesas com tributos</b>	<b>(183.540)</b>	<b>(209.467)</b>
PIS e COFINS	(128.948)	(153.078)
Impostos federais sobre remessa ao exterior-serviços	(35.116)	(47.019)
Taxa de fiscalização - reguladora	(7.443)	(3.765)
Impostos sobre operações de resseguros	(1.003)	(96.349)
Impostos federais não recuperáveis	912	1.324
Impostos municipais	(5.161)	(2.020)
Demais tributos	(6.691)	(3.949)
<b>18.8 Resultado financeiro</b>	<b>325.946</b>	<b>273.040</b>
<b>Receitas financeiras</b>	<b>476.661</b>	<b>338.543</b>
Ativos financeiros disponíveis para venda	168.882	163.559
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	161.803	81.027
Operações de seguros e resseguros	60.526	41.266
Atualização monetária provisões técnicas-direto	26.872	6.514
Atualização monetária bancos - moeda estrangeira	2.867	8.337
Programa de incentivo baseado em ações	3.379	3.639
Atualização monetária depósitos judiciais - ações fiscais	12.304	4.498
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6.182	4.016
Atualização monetária provisões técnicas-resseguro	-	22.113
Outras	33.846	3.574
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(150.715)</b>	<b>(65.503)</b>
Atualização monetária provisões técnicas-resseguro	(25.622)	-
Operações de seguros e resseguros	(45.480)	(5.367)
Atualização monetária bancos - moeda estrangeira	(8.897)	(5.635)
Programa de incentivo baseado em ações	(3.789)	(3.665)
Resultado financeiro - contratos de arrendamento	(8.330)	(4.350)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(139)	(4.105)
Atualização monetária - ações fiscais	(3.985)	(3.966)
Tariffas financeiras	(27.431)	(1.084)
Atualização monetária provisões técnicas - direto	(387)	(28.787)
Outras	(19.955)	(8.544)
<b>18.9 Resultado patrimonial</b>	<b>(123.458)</b>	<b>(21.006)</b>
Resultado equivalência patrimonial	(70.853)	50.122
Receitas com imóveis de renda	1.023	1.320
Despesas patrimoniais	(20)	(19)
Ajuste de investimentos em controlada-amortização mais valia (*)	(53.608)	(72.429)
(*) em decorrência de combinação de negócios ocorrida no 2º semestre 2020. Nota 11.1.1		
<b>18.10 Ganhos e perdas com ativos não correntes</b>	-	<b>1.428</b>
Resultado na alienação de bens do ativo não corrente	-	250
Resultado de outras operações	-	1.178

### 19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### 19.1 Créditos Tributários e Previdenciários

##### 19.1.1 Créditos tributários - Ativo circulante

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo negativo de IRPJ e CSLL.....	97.871	10.540
IAO a restituir.....	3.429	5.084
Tributos federais retidos por órgãos públicos.....	8	12
Outros tributos a compensar.....	192	173
<b>Totais</b> .....	<b>101.501</b>	<b>15.809</b>

#### 19.1.2 Tributos diferidos

##### 19.1.2.1 Ativo fiscal diferidos

	Saldos em 31/12/2021	Movimentação Constituição	Utilização	Saldos em 31/12/2022
<b>Imposto de Renda</b>				
Provisões para conting				

# ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.573.796/0001-66

[www.allianz.com.br](http://www.allianz.com.br)



## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Ivan José de La Sota Duñabeltia - Presidente

Carla Sofia Pereira Bambulo - Vice-Presidente

Eduard Folch Rue - Conselheiro

## DIRETORIA:

Andreas Markus Kertl

Eduard Folch Rue

Regina Helena Menezes Lopes

Rosely Boer Corino da Fonseca

Renato Roperto

### ATUÁRIA:

Milena Farat Milani - Atuária MIBA nº 3107

### CONTADOR:

Fernando Siqueira Alencar - Contador CRC 1SP213784/O-0

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 31 DE DEZEMBRO DE 2022

O Comitê de Auditoria da Allianz Seguros S.A. é um órgão estatutário, subordinado ao Conselho de Administração, constituído em atendimento às normas do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados, e atuando em conformidade com seu Regimento Interno. No cumprimento de suas atribuições o Comitê participou de reuniões com os responsáveis pelas áreas de contabilidade, de compliance, de riscos e controles internos, atuarial, de sinistros, de resseguros e com os auditores internos e externos, avaliando, por meio de diferentes fontes e análise de relatórios, documentos e informações, os assuntos considerados relevantes.

Com base nas informações recebidas e nas observações efetuadas, o Comitê entende que o sistema de controles internos da Allianz Seguros S.A. é adequado ao porte e complexidade de seus negócios e avalia como efetiva a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela auditoria interna e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. Os trabalhos realizados pela auditoria interna e pela auditoria independente não apontaram falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que pudessem influir ou comprometer as informações constantes das demonstrações financeiras. O Comitê analisou procedimentos relacionados com o processo de preparação das demonstrações

financeiras e notas explicativas, bem como das práticas contábeis relevantes utilizadas na elaboração das mesmas, verificando que estão alinhadas às práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Com base nas revisões e discussões acima referidas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração da Allianz Seguros S.A. a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023  
COMITÊ DE AUDITORIA

## PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas  
Allianz Seguros S.A.

### Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Allianz Seguros S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2022 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

### Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros

Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

### Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Allianz Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2022, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

### Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviriam de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732 - (B32) - Itaim Bibi  
São Paulo - SP - Brasil 04538-132  
CNPJ 02.646.397/0001-19  
CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti  
MIBA 2147

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Administradores e Acionistas  
Allianz Seguros S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Allianz Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Allianz Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p><b>Valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (Notas 3.5.1 e 10.1.1)</b></p> <p>A Seguradora possui ágio por expectativa de rentabilidade futura proveniente da combinação de negócios ocorrida em 2020, cujo valor é significativo em relação às demonstrações financeiras e, de acordo com o CPC 01 (R1), deve ser testado no mínimo anualmente para avaliar a necessidade de redução ao valor recuperável. Consideramos essa área de foco em nossa auditoria, devido à existência de julgamento significativo por parte da administração quanto a definição das premissas e projeções de resultados futuros, que podem alterar significativamente a avaliação do valor recuperável do ágio.</p>	<p>Realizamos reuniões com a administração para obtermos entendimento sobre o processo de elaboração das projeções, considerando o modelo de avaliação de teste de redução ao valor recuperável, o processo de definição das premissas, revisão e documentação da aprovação do estudo pela administração da Seguradora. Efetuamos uma análise da consistência das premissas e projeções utilizadas com os orçamentos internos da Seguradora obtidas junto a área específica e consistências com outros estudos realizados internamente os quais foram aprovados pela administração. Com auxílio de nossos especialistas em Finanças Corporativas, analisamos (i) analisar a metodologia utilizada para a determinação do valor recuperável do ágio; (ii) a coerência geral lógica e aritmética destas premissas e dos cálculos das projeções realizados pela administração; (iii) as taxas de desconto e; (vi) recálculo do valor presente dos fluxos de caixa e da perpetuidade. Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração na avaliação do valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura são consistentes com a divulgação efetuada nas notas explicativas.</p>
<p><b>Valor recuperável do crédito tributário (Notas 3.8 e 19.1)</b></p> <p>A Seguradora possui ativo decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável de crédito tributário elaborado pela administração e aprovados pelos órgãos de governança da Seguradora. Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos na determinação de premissas pela administração, para projeção de lucros tributários futuros. Continuamos considerando essa área de foco de auditoria, pois a utilização de julgamento na determinação de premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários, e consequentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com consequente impacto contábil.</p>	<p>Nossos principais procedimentos consideraram o entendimento e a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas na projeção de lucros tributários futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração com ajuda da equipe especialista de finanças corporativas. Comparamos as premissas críticas utilizadas com as projeções orçamentárias elaboradas pela administração e, quando aplicável, com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado. Como base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela administração são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**  
A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria realizado, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser

decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Seguradora. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Seguradora.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos  
Contador CRC 1PR050377/O-6

